

O Evangelho segundo os jacobinos

12677

*Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República
Brasileira*

Luiz Antônio Simas

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História do Brasil.

ORIENTADOR

Prof. Manoel Luís Salgado Guimarães
Rio de Janeiro - Janeiro de 1994

EXAMINADORES

Wm. Guinawá
Presidente da banca

mais de cem de Guinawá

Pé leig Wenzel do Diby

SIMAS, Luiz Antônio

*O Evangelho Segundo os Jacobinos - Floriano Peixoto e o Mito do
Salvador da República Brasileira.* Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1994.

V, 127 f.

Dissertação: Mestre em História

1- Brasil 2- República 3- Mito 4- Dissertação

I- Universidade Federal do Rio de Janeiro

II- Título

AGRADECIMENTOS

Ao professor MANOEL LUÍS SALGADO GUIMARÃES, orientador atento e generoso que soube - segredo dos mestres - estimular o vôo e, quando necessário, aparar as asas.

À professora MARIETA DE MORAES FERREIRA, inspiradora da minha dedicação ao estudo do Brasil republicano. Mais do que isso, foi quem primeiro demonstrou que generosidade, alegria, seriedade e competência não são inconciliáveis e podem conviver em harmonia na pessoa do mestre.

À professora MARIA EURYDICE DE BARROS RIBEIRO, que, ao me alertar para as veredas do Grande Sertão, apontou os caminhos que percorri.

A JANIR HOLLANDA, pelo paciente e zeloso trabalho de digitação e programação visual deste trabalho, abrindo mão dos seus afazeres para cuidar dos meus.

Aos meus avós - LUÍZ e HAYDÉE - pais e irmãos pelo estímulo constante.

A NIUXA DIAS DRAGO. Sem ela tudo pode acontecer, mas nada que valha a pena.

Ao pessoal do Departamento de Pós-graduação em História do IFCS. Gente amiga e sempre prestativa.

Esta dissertação é dedicada ao meu irmão e amigo ROGÉRIO ATHAYDE. Não é comum fazer dedicatória a co-autores, mas ele não é uma pessoa comum. Que esta dedicatória lhe saiba à consagração. Bala não respeita bronze, meu irmão!

RESUMO

A dissertação analisa a tentativa dos jacobinos brasileiros de legitimar Floriano Peixoto como o maior herói da República brasileira. É defendido que o projeto de mitificar o Marechal apoiou-se na interpretação jacobina da revolta da Armada de 1893 e da morte dele em 1895. A atuação de Floriano Peixoto na revolta e a ligação que os jacobinos estabelecem entre esta e a morte dele justificaria a elevação do Marechal à condição de herói Salvador da República brasileira.

ABSTRACT

The dissertation searches the attempt of the Brazilian jacobins to legitimate Floriano Peixoto as the most important hero of the republic, founded in 1889. It will be defended that this project to transform Floriano Peixoto on a myth was supported by his partisans' interpretation about the Revolta da Armada, in 1893 and about his death. His performance during the rebellion and the intimate connection between that one and his death would justify, for the jacobins, the elevation of Floriano to the condition of saving hero of the Brazilian republic.

SUMÁRIO

Introdução	pág. 2
Capítulo 1 - Os Apóstolos	8
1.1- Elementos do discurso	11
1.2- Os instrumentos de ação	23
1.3- Os agentes sociais	27
Capítulo 2 - A anunciação do herói	46
2.1- A revolta e o batizado	47
2.2- Um índio republicano	51
2.3- A espada do guerreiro	62
Capítulo 3 - Jesus das Alagoas	83
3.1- Conduzindo o morto	85
3.2- Em Jerusalém, capital do Brasil	94
3.3- 1896-1897, Malhação e vitória do judas	107
Final	115
Bibliografia	122

ERRATAS

Onde lê-se

p.3 Entenderemos aqui o muito político

p.10 Da análise, ao nosso ver, mais rico

p.24 Eram extamente importantes como

34 o apoio das folha de

48 Não se poderia a imagem do vencedor

p.51 São os legítimos que

p.63 Converte um número cada vez maior

p.89 que nos parece extamente importante

p.94 após o 29 de julho de 1895

Lê-se

p. 3 Entenderemos aqui o mito político

p.10 Da análise do, ao nosso ver, mais rico

p.24 Eram extremamente importantes como

p.34 o spcio das folhas de

p.48 Não se poderia construir a imagem do vencedor

p. 51 São os legítimos republicanos que

p.63 Converter um número cada vez maior

p.89 que nos parece extamente importante

p.94 após o 29 de junho de 1895

Introdução

"O mito é o nada que é tudo"

Fernando Pessoa

O TEMA

É uma mulher jovem, de serena beleza. Traja uma túnica branca que contrasta com seus longos cabelos negros. Na mão direita segura uma espada de ouro, sugerindo a imagem de uma guerreira. Com a mão esquerda cobre com a bandeira do Brasil o corpo de um morto, do qual vislumbramos apenas o rosto. O nome da moça é República e o do morto, Floriano Peixoto.

A tela, de autor desconhecido e, provavelmente, pintada no final do Séc. XIX, sugere a morte de um herói nacional, velado pela República e tendo a bandeira, símbolo por excelência da nação, como mortalha (1).

O mesmo personagem, que foi qual um herói pintado nos primeiros anos republicanos, tem hoje por sepultura o jazigo de número 185-A, quadra 25, do cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. O jazigo, em formato de panteão e decorado com as armas da República, encontra-se relegado ao mais completo abandono. Paredes descascadas, chão imundo e teto destruído, o local, onde jazem Floriano, esposa e filhos, dá a nítida impressão ao observador de não ser visitado jamais por quem quer que seja. Como companhia dos ossos do Marechal, apenas furtivas aranhas, que, entre escombros, pacientes tecem suas teias.

A sepultura sugere que ali não repousa um herói republicano, mas um homem esquecido - quase cem anos após a morte dele - pelos viventes; reduzido a pó e abandono como um simples mortal.

A República brasileira, que tem em Floriano um protagonista de primeira hora, não é um dado imutável de nossa História, mas uma construção dos homens. Como tal, o final do Séc. XIX assistiu, com a queda da Monarquia, à luta para consolidar e legitimar o novo regime, empreendida pelos republicanos, tentando, assim, justificar a implantação da República no País.

Em linhas gerais, três correntes com diferentes propostas de organização do poder - os jacobinos, os liberais e os positivistas ortodoxos - se destacaram na disputa pela definição da natureza do regime que então se inaugurava. No ensaio *A Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho tentou elucidar as tentativas que essas correntes empreenderam de extravasar as visões de República para além das próprias fileiras, valendo-se, para isso, de sinais universais de leitura compreensível, como imagens, alegorias, símbolos e mitos. Em um dos tópicos do estudo, busca abordar a luta pela legitimação de um herói para o regime republicano, detendo-se no êxito de Tiradentes (2).

Numa vertente próxima, optamos, entretanto, pelo estudo de um fracasso, de um personagem derrotado pelo alferes de Minas nessa batalha. Ao abordar a derrota de um candidato a herói, estaremos discutindo, antes, a implantação da República no Brasil e os diferentes modelos de organização do poder que se digladiaram nos primeiros anos dela.

Propondo, pois, um recorte na peleja pela construção de heróis para a República brasileira, abordaremos a tentativa de legitimação do mito do salvador republicano feita pelos jacobinos brasileiros em relação ao Marechal Floriano Peixoto. Entre um quadro em um museu e um sepulcro abandonado, ressoam as canções de uma tentativa e de um fracasso.

HISTÓRIA, POLÍTICA E MITO

Durante muitos anos, a história política esteve condenada a perecer como sinônimo de história factual e biográfica, quadro que, entretanto, vem sendo revertido a partir da constatação de que o problema não se localiza no político enquanto ~~político~~ objeto, mas nas

maneiras de abordá-lo (3). Dentro desse contexto de renovação, tem sido destacado o papel do mito como instrumento de mobilização política na implantação, consolidação e legitimação de diferentes sistemas de governo. Longe de ser o único, ou primordial, é importante ressaltar que o mito é apenas mais um aspecto no processo de legitimação de qualquer regime. Exatamente por ser mais uma praia de tão vasto oceano, ele merece, como todas as outras, ser enfrentado.

O estudioso do mito político é tributário das reflexões de alguns autores que, nas palavras de Raoul Girardet, produziram obras que "constituem o ponto de partida indispensável a toda tentativa de abordagem do fenômeno mitológico, qualquer que seja a forma por ele assumida" (4): Claude Levi-Strauss, Georges Dumézil e Mircea Eliade. Estes autores propuseram uma leitura do assunto que rompe com os predecessores deles no estudo do tema, que tratavam o mito como "fábula", "invenção" ou simples "ficção" (5).

Nesta linha, entenderemos aqui o muito político como uma interpretação do real de caráter sagrado, exemplar e significativo; modelador de conduta e mobilizador, exercendo uma função explicativa que nos permite compreender melhor a conjuntura em que foi atuante. Compreenderemos o mito Floriano Peixoto como uma "história verdadeira", no sentido empregado a este termo por Mircea Eliade, na medida em que ele foi "vivo" para seus seguidores; ou seja, forneceu modelo para a conduta humana e conferiu significação e valor à existência do grupo que lhe foi crente (6).

As manifestações do imaginário mitológico - entendido aqui como o campo de possibilidades de elaboração de mitos - pertencem a um sistema particular de discurso e, como tal, só podem ser definidas em consequência de uma operação conceitualizante e redutora, expondo o historiador a dar do mito uma visão destituída de riqueza e complexidade

(7). Em meio a este perigo, porém, existe uma certa lógica do discurso mítico. Em seu texto sobre *A Estrutura dos Mitos*, Levi-Strauss já alertava para alguns caracteres semelhantes entre os mitos existentes nas diversas regiões do mundo (8). Ao mostrar-se restrito, o potencial de renovação da criatividade mítica denota uma coerência que representa para o estudioso uma primeira possibilidade de leitura.

Em relação à política, por exemplo, a presença do herói que salva pode ser identificada em diferentes regimes de distintas épocas - como bem demonstrou Raoul Girardet em relação aos franceses - apresentando, porém, características temporais e espaciais bastante específicas, o que faz com que os fatores de convergência e permanência que nos permitem indagar o mito só possam ser trabalhados se situados em perspectiva histórica.

Partindo, pois, da primazia que tempo e espaço possuem na elaboração de mitos políticos, visaremos compreender, com este trabalho, um pouco do drama de homens e mulheres envolvidos na implantação do regime republicano presidencialista no Brasil. Optamos por trilhar este caminho através da luta pela legitimação de um herói, ou seja, de um homem que, na visão de alguns, em determinado momento da vida dele realizou uma tarefa que o colocou além dos próprios contemporâneos, tornando-se - para os que crêem na realização desta tarefa e, logo, no heroísmo dele - fonte de inspiração para condutas e veneração para as almas. Assim foi, para os jacobinos, Floriano Peixoto, personagem de um drama de paixão e fé.

Iniciaremos o trabalho tratando dos seguidores mais atuantes de Floriano Peixoto, o grupo conhecido como jacobino da República brasileira. Daremos as características mais gerais do projeto de República do grupo e da atuação do mesmo durante os anos em que foi um dos

personagens centrais do período que marcou a implantação da República em nossas terras.

Em seguida, falaremos especificamente do início da tentativa de heroicização de Floriano Peixoto, situando-o na revolta da Armada de 1893 e chegando até a morte do alagoano, quando identificamos uma nova fase da elaboração do mito do Salvador, em 1895.

Na terceira parte do estudo, tentaremos demonstrar que, após a morte, Floriano é venerado pelos jacobinos como um Cristo republicano; período em que a oposição jacobina a Prudente de Moraes se acentua e culmina com a tentativa de assassinato do paulista por um seguidor do Marechal - fracasso que resultou na derrocada do jacobinismo brasileiro.

Por fim, concluiremos destacando o fracasso de Floriano Peixoto como herói nacional; encerrando, assim, uma trajetória que liga uma morte pintada de maneira gloriosa a um cadáver velado pelo silêncio de um jazigo abandonado, poeirenta pátria de aranhas.

NOTAS

- 1- A tela em questão, intitulada *A Morte de Floriano*, encontra-se no Palácio do Catete, antiga sede do governo federal, atual Museu da República.
- 2- Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- 3- Sobre os novos rumos da história política ver Ferreira, Marieta de Moraes. *A Nova "Velha História" - O Retorno da História Política*, in *Estudos Históricos* no. 10 - Teoria e História. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- 4- Girardet, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pág. 193.
- 5- Ver, por exemplo, Duezil, Georges. *Myte et Épopée*. Paris, Galimard, 1973. Eliade, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo, Perspectiva, 1991; *O Sagrado e o Profano*. São Paulo, Martins Fontes, 1992; *Imagens e Símbolos - Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. Lévi-Strauss, Claude. *Mythologiques*. Paris, Plon, 4 vols., 1971; *A Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- 6- Eliade, Mircea. *Mito e Realidade*, pág. 8
- 7- Girardet, Raoul. Op. cit. pág. 14.
- 8- Ver Lévi-Strauss, Claude. *A Antropologia Estrutural*.

"Os Apóstolos"

"Só aos poucos é que o escuro é claro"

João Guimarães Rosa

República Federal do Brasil, 1964. O Brasil, que é o maior país da América do Sul, é dividido em 26 estados e um Distrito Federal. Para organizar os estados, que são subordinados ao governo central, é necessário que cada estado tenha uma administração local. Esta administração é dividida entre os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Executivo é composto pelo governador, que é eleito por voto direto, e pelo vice-governador. O Legislativo é composto pela Assembleia Legislativa, que é eleita por voto direto, e pelo Conselho de Estado. O Judiciário é composto pelo Poder Judiciário, que é dividido entre o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Federais, os Tribunais de Justiça, os Juizados Especiais, os Juizados Municipais e os Juizados de Pequenas Causas.

Como esse ambiente não é muito óbvio, tentaremos explicar os tipos de discussões em algumas páginas sobre a vida política brasileira. Necessitaremos alguns termos que consideramos básicos para o entendimento da universidade política, tentando aferir qual é a ideia geral acerca dos principais elementos da sua discussão, a natureza política social no Brasil, a República federal, a administração, o federalismo, o centralismo - das suas características de natureza, a natureza das discussões e debates - e da sua organização, estrutura e códigos.

Um segundo aspecto que é importante abordar é a natureza das nossas preferências. Essas preferências refletem as opiniões políticas que

CAPÍTULO 1

Em uma das maiores obras da poesia brasileira, Jorge de Lima evoca a imagem de um "veleiro sem velas", que, "em maré rasa, aljofre, pérolas", navega na imaginação do poeta que funda sua ilha (1). Talvez com inveja do poeta, admitimos que o nosso veleiro, o da história, necessita de velas para ganhar o mar.

A comparação é justificada quando percebemos que a tentativa de abordar a mitificação de Floriano Peixoto como o herói que salva a República brasileira esbarra em um primeiro obstáculo: quem foram os seus entusiastas?

A pergunta nos coloca diante de um dilema. Para respondê-la temos que falar sobre o jacobinismo, assunto que, de tão extenso, mereceria uma dissertação específica. Todavia, a opção de iniciarmos o estudo tratando diretamente de Floriano Peixoto é ainda mais problemática. Nossa veleiro estaria carecendo de velas para empreender sua jornada.

Como nossa embarcação não é a do poeta, assumimos o risco de dissertar em algumas páginas sobre o que ainda carece de tratados. Mencionaremos alguns aspectos que consideramos básicos para a compreensão do movimento jacobino, tentando oferecer uma visão geral acerca dos principais elementos do seu discurso, o antimonarquismo, a opção pela República ditatorial, o militarismo, o nacionalismo e o antilusitanismo - dos seus instrumentos de ação - imprensa, batalhões patrióticos e clubes - e de seus seguidores - militares e civis.

Em um assunto vasto como os oceanos, admitimos a modéstia de nossas pretensões: dotar nosso veleiro de necessárias velas. Por isso

mesmo, a navegação que empreenderemos neste capítulo será rápida, estaremos fazendo cabotagem.

Durante longo tempo o jacobinismo foi tratado como tema periférico pelos estudiosos da Primeira República brasileira; na maioria das vezes, foi mesmo relegado ao mais absoluto silêncio. Esta constatação é referendada por Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, em ensaio dedicado à produção sobre o período, onde destacam que o jacobinismo e seu principal personagem, Floriano Peixoto,

"figuram obscurecidos tanto na versão oficial dos fatos republicanos, quanto nas próprias análises historiográficas."(2)

De fato, somente em 1987 surge o primeiro trabalho de fôlego tentando sistematizar o movimento jacobino (3), que, até então, fora objeto específico de análise de apenas dois artigos, ambos de brasilianistas (4). Entretanto, as reflexões que seguem são tributárias de algumas sugestões de Suely Robles de Queiroz em seu estudo, ainda único, sobre o tema e, principalmente, da análise, ao nosso ver, mais rico material existente acerca do assunto, os jornais de propaganda jacobina que circularam na primeira década da nova ordem.

Nos poucos trabalhos em que é citado, geralmente diluído em um contexto mais amplo, o jacobinismo é localizado em temporalidades distintas. Enquanto Edgard Carône fala, por exemplo, em um "jacobinismo deodorista" e Raymundo Faoro o localiza como movimento ativo a partir do último ano do governo de Floriano Peixoto, Gladys Sabina Ribeiro acirra a divergência e diz que o jacobinismo apresentou-se como movimento organizado não só no final do séc. XIX, como também nos anos 20 do nosso século (5).

Concordamos neste ponto com Queiroz, que propõe como balizas cronológicas do jacobinismo os anos de 1893 e 1897 (6). Segundo esta autora, há uma indissociação entre ação e pensamento jacobinos, posto que os limites cronológicos do movimento são precisos, enquanto determinados elementos do discurso lhe são anteriores ou lhe sobrevivem, mas são insuficientes para caracterizá-lo (7). Exemplos disso seriam o antilusitanismo, que é anterior ao advento da República, e o nacionalismo, marcante nos anos 20: dois elementos presentes no ideário jacobino. O que localiza temporalmente o movimento é a presença de um conjunto de elementos acrescido de uma característica inovadora que lhe confere especificidade - o Florianismo (8).

O marco inaugrador do jacobinismo confunde-se, portanto, com o início da revolta da Armada em 1893, origem do entusiasmo por Floriano, enquanto em 1897 pode ser destacado como o ano de sua derrocada, devida ao fracasso de Moreira César em Canudos - ele que era visto por muitos como o sucessor do Marechal - e ao desastrado atentado a Prudente de Moraes, que levou à consequente desarticulação do movimento com a repressão aos seus líderes mais proeminentes (9).

Definido o Florianismo como o elemento que confere especificidade ao jacobinismo e permite a sua localização em balizas cronológicas precisas, cabe aqui perguntarmos sobre os elementos que, adicionados ao culto a Floriano, caracterizam o movimento.

1.1 - ELEMENTOS DO DISCURSO

Em artigo redigido em 1897 - *Os Partidos Políticos e o Grupo Positivista* - Sílvio Romero admitia que, com o advento da República, a situação brasileira constituía um momento privilegiado para "estudos de psicologia popular", posto que o país adentrava em uma nova fase de sua

história (10). Constatada esta riqueza, o autor de *Doutrina contra Doutrina*, propunha um estudo sobre os agrupamentos partidários na República, suas relações com o todo das tradições e aspirações do País e quais os defeitos e chances de vitória de cada um. Dentre os agrupamentos analisados, estava o grupo jacobino.

Iracundo, o escritor sergipano acusava o jacobinismo, um movimento que

"com seus histerismos desatinados, com sua completa ignorância da história nacional, com sua incapacidade para entender os problemas brasileiros, com sua fatuidade feminil, tem sido por certo um dos maiores fatores de desordem que lastra pela alma popular na hora presente."(11)

Irritava especialmente Sílvio Romero o exclusivismo jacobino: estes consideravam-se republicanos puros, enquanto os outros seriam sebastianistas ou adesistas conversos à causa da República por interesses mesquinhos. Irônico, dizia que os jacobinos

"queimam no ar o seu fogo de artifício e julgam santamente e beatamente que eles sim ... eles é que sabem fazer as coisas ... eles sim ... tem o credo das novas eras na ponta da língua e as mágicas republicanas nas palmas das mãos"(12).

Sílvio Romero terminava por alcunhar o grupo de "partido puritano jacobino" que, de tão puritano, não tinha chances de lutar pelo poder por não admitir misturas em suas fileiras.

Descontadas as ironias de um notório mal humorado como era o escritor nascido em Lagarto, constatamos que os jacobinos se colocavam, realmente, como os republicanos puros e históricos. Era a República o único modelo de Estado concebido, devendo o regime ser presi-

dencialista; os mais distante possível, pois, do parlamentarismo da Monarquia. Se em princípio admitiam a existência do Congresso em convivência com um Executivo forte, passaram a pregar abertamente, durante o governo de Prudente de Moraes, por uma ditadura militar, única maneira de continuar a obra ousada de Floriano Peixoto (13).

Como legítimos republicanos, sentiam-se imbuídos do dever de salvaguardar a República de possíveis inimigos: todos os que não compartilhavam de seus princípios. Odiavam os monarquistas e desconfiavam profundamente dos adesistas, pois se os primeiros eram vistos como viúvas ardilosas do trono real dispostas a lutar pela ressurreição do marido, os outros eram encarados como o lobo da fábula, que traja sorrateiramente a sua pele de cordeiro. Vigilantes, denunciavam os suspeitos de monarquismo através de seus jornais em seções destinadas a este fim; denúncias que, confirmadas, exigiriam enérgicas providências.

Em um dos exemplares de *O Jacobino*, na seção Sebastianistas", podemos ler:

"Como se explica o fato de na Rua da Alfândega no. 141 - antigo 139 -, Companhia Progresso Manufatura de Calçados, sucessora de Ferreira e Nicolau e C., ter escrito na porta: Exportação para todas as províncias do Império?

Que diabo é isto?

E o tal quiosque Duque de Saldanha que existe na Rua Primeiro de Março, quase junto ao correio? Para que ainda conserva a coroa imperial ao lado da dita de portugal?

Ah! sebastianistas.

Olha um jacobino para cada bugre destes.

Desapareçam os sofismas."(14)

Da denúncia para a ação o passo era pequeno. Foram comuns atitudes como a de um certo José Antonio Pereira, sargento do batalhão Tiradentes, que, acompanhado por alguns jacobinos, invadiu um leilão em que estavam sendo vendidas quatro bandeiras da Monarquia de dimensões consideráveis, e tocou fogo nas mesmas diante da platéia estupefata (15).

Estas atitudes confirmam que a "guarda abnegada da República", maneira pela qual um irônico Lima Barreto refere-se ao jacobinismo no seu *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, acreditava que o novo sistema corria sérios perigos, cabendo aos jacobinos, guerreiros imaculados da nova ordem, a tarefa de zelar pela sua segurança e prosperidade; quer pela pena afiada do jornalista, quer pela ação de seus incendiários leitores.

Na condição de legítimos republicanos e defensores da ordem implantada, os jacobinos sentiam-se no direito de impor a sua protegida e traje que lhes conviesse: como boa filha de soldados, a República deveria vestir farda.

Definindo o militarismo como sendo

"a tendência dos militares a ocuparem postos de comando político, impondo à sociedade sua ética e valores específicos de maneira exclusiva e exclusivista (16)."

vamos constatar que o movimento jacobino foi marcadamente militarista, posto que não só defendeu a predominância de elementos ligados ao Exército nas esferas do poder, como clamou por uma ditadura militar que afastasse definitivamente da direção do País o elemento civil representado por Prudente de Moraes. Esta opção remete-se à crença de

que a proclamação da República fora obra exclusiva do Exército brasileiro e de que a própria idéia de República só fora encampada pelo elemento civil diante da iminência de sua vitória. Incisivo, afirmava Raul Pompeia, ardoroso jacobino e talentoso escritor, que

"o soldado fez a República"(17).

Este soldado, construtor da obra, seria o elemento indicado para preservá-la e, por isso, deveria participar ativamente da vida pública e influir decisivamente nas questões relativas aos destinos do País. Acreditando nisso, os jacobinos defenderam propostas ligadas ao aumento dos efetivos militares, propuseram destaque orçamentário para as despesas exigidas pelas Forças Armadas e apoiaram deslocamentos de elementos do Exército de suas funções de defesa para cargos comissionados no setor de administração pública durante o governo de Floriano Peixoto (18). No período em que este ocupou a presidência, o efetivo de 20.000 homens fixado em 1893 chegou a 28.000 em 1894, número expressivo e revelador da tendência militarista do vice de Deodoro da Fonseca (19).

A postura inversa do sucessor do Marechal - que lutou pela redução dos efetivos do Exército, prestigiou a Brigada Policial dando-lhe o caráter de força de segurança privada, promoveu oficiais contrários à participação castrense na política e negou promoções aos que dele participavam - exasperou os jacobinos e gerou atritos constantes entre estes e Prudente de Moraes; emblemáticos do embate entre dois projetos de República então em cena: um civilista, representado pelo presidente, outro militarista, encarnado em Floriano.

As relações entre Exército e jacobinismo voltarão a ser abordadas quando discutirmos os componentes sociais do movimento; por ora, buscamos indicar o militarismo como um dos elementos caracterizadores do grupo em questão.

Ao lado dos já citados republicanismo imaculado e militarismo, o nacionalismo e o antilusitanismo foram outros dois elementos que marcaram fortemente o jacobinismo; a ligação entre ambos é tema que, por si só, justificaria um estudo específico que escapa aos nossos objetivos de navegadores de pouca distância. Todavia, não podemos falar do movimento jacobino sem mencioná-la.

Em trabalho sobre a questão nacional na Primeira República, Lúcia Lippi de Oliveira privilegia as reflexões da intelectualidade do período acerca do tema, identificando a existência de duas posições distintas frente à nacionalidade na conjuntura estudada (20). Uma delas, representada por Afonso Celso, liga-se à experiência monárquica; confere positividade a esta em comparação com o caudilhismo latino-americano e marca diferenças irredutíveis entre o Brasil e os Estados Unidos. Além disso, reputa aos portugueses e jesuítas inegáveis méritos pela construção de uma sociedade fraterna, onde a própria escravidão assumiu traços amenos, e valoriza sobremaneira a herança cultural lusitana, notadamente ao nos legar um idioma de insofismável maestria.

A outra postura é a dos intelectuais ligados ao jacobinismo, como Raul Pompeia, Érico Coelho e Arthur Azevedo. Diz Lippi que a reflexão destes

"está preocupada com a questão da soberania republicana e recupera na história os movimentos precursores da República. Acusa o Império de ser o responsável pelo atraso do país e aponta os Estados Unidos como exemplo histórico a ser seguido. Condena a colonização e a presença portuguesa na vida política, econômica e social"(21).

É preciso ressaltar, porém, que o nacionalismo não era exclusivo dos intelectuais. Se estes refletiam sobre a questão nacional a partir da necessidade de pensar o Brasil em um momento de transição política que alterou os rumos da nossa história, boa parte dos jacobinos tinha um nacionalismo que chamaremos aqui de "pragmático", marcado pela convivência cotidiana com o elemento estrangeiro, especialmente o português. Estudando o antilusitanismo, Gladys Sabina Ribeiro constata que

"os portugueses foram os "bodes expiatórios" responsabilizados pelas crises econômicas da República iniciante. Eram considerados culpados e acusados de explorarem a população cobrando aluguéis extorsivos e juros alucinantes sobre dinheiros emprestados, bem como roubando nos pesos e medidas nas vendas, freguês botequins, quiosques e casas de pasto. Caracterizados como intermediários, pesavam-lhes sobre os ombros a carestia e a vida surrada das camadas populares"(22).

A leitura dos jornais jacobinos confirma a citação de Ribeiro e nos permite dizer que a penetração do movimento nos setores menos favorecidos estabeleceu-se pelo viés do radical antilusitanismo que caracterizou o grupo. Inúmeros são os exemplos da ligação que os jacobinos faziam entre colônia portuguesa e os males de diferentes naturezas que afligiam a população da capital federal na derradeira década do séc. XIX (23).

Em exemplar que circulou no dia 13 de outubro de 1894, *O Jacobino* trazia três caricaturas sob o título de "Imigração portuguesa". Na primeira delas, um português, esquelético e mal trajado, usando

chapéu de camponês, carregando um saco, com um guarda-chuva e um par de sapatos, encontra-se sobre os dizeres: "Eu bim axim". Na segunda, o português perdeu a aparência esquelética, está robusto, usa um anel de brilhantes no dedo mínimo da mão esquerda e sorri prazeirosamente dentro de uma venda de secos e molhados chamada "Manuel Porto". Calça tamancos, usa suspensórios e está encimado por uma tabuleta que anuncia "nova reforma" no armazém. Sob a caricatura, os dizeres: "Xiguei a ficari axim...". Finalmente, o português está ricamente trajado, de calça xadrez, paletó com comenda, bengala, cartola e finos sapatos. Cada vez mais gordo, prepara-se para deixar o País sob os dizeres: "I bou-mi axim"(24).

Para os jacobinos, o enriquecimento dos imigrantes portugueses, retratado nas caricaturas descritas, era proporcional ao agravamento da situação dos brasileiros, posto que os lusitanos, em sua maioria trabalhando no comércio, enriqueciam às custas de falcatrudas dignas do maior dos canalhas e lesivas aos interesses nacionais. Eram comuns nos jornais ligados ao movimento denúncias contra açougueiros que roubavam na pesagem da carne, vendeiros que lidavam com produtos deteriorados e comerciantes que lançavam no mercado a moeda de cinco réis do Algarve, colocando-as no meio de trocos como se fossem de vinte mil réis (25). Igualmente atacados eram os portugueses que, mantendo o controle de boa parte do setor de habitações populares do Rio de Janeiro, sofriam a acusação de explorar impiedosamente seus humildes inquilinos; tão bem retratados por Aluísio Azevedo na figura de João Romão, o dono do cortiço do romance homônimo. Romão, aliás, guarda inúmeras semelhanças com o português das caricaturas do jornal jacobino. Se no princípio da história calça tamancos, traja calça de zuarte e está amaziado com uma escrava, aos poucos vai enriquecendo, explorando os brasileiros e abandona suas vestes paupérrimas por ternos de casimira da

melhor qualidade e por um requintado guarda-chuva de cabo de marfim. Finalmente, troca sua negra pela filha do rico

Miranda e pleiteia o título de Barão da coroa portuguesa (26).

Os conterrâneos de Cabral não eram, porém, somente avarentos ou inescrupulosos nos negócios. Além de verdadeiros fascínoras em potencial, outras características da gente lusa deveriam ser lembradas: a burrice monumental, a imundície e a permissividade moral. Sobre a primeira, algumas anedotas, inevitavelmente de irresistível mau gosto, eram veiculadas pela imprensa jacobina:

"Em uma viagem marítima. Um português para o outro:

Óh, Manuel, o céu está a mostrar chuva!

Um doutor que o ouviu perguntou-lhe:

-O Senhor é astrônomo?

-Não, sou português"(27).

Quanto à imundície, a acusação mais comum era a de que os portugueses não tomavam banho - "acaba de ser decretada uma lei em portugal que cobra um pataco de imposto a todo indivíduo que tomar banho sem ser em dias de chuva" (28) - e nem cumpriam outros hábitos básicos de higiene pessoal:

"Em portugal o sujeito que escova os dentes fica mal visto e é odiado pelos outros."(29)

Em virtude desta conduta higiênica condenável, o lusitano tornava-se um elemento de alta periculosidade, um transmissor me potencial de um vasto repertório de doenças que grassavam no período. Chegaram mesmo os jacobinos a afirmar que a junta de higiene concluía que todas as moléstias que afligiam a Capital federal eram trazidas pelos "marotos" vindos de Portugal (30).

Completando este quadro, os portugueses eram encarados como elementos perniciosos à moral e aos bons costumes brasileiros. Pesavam-lhe diversas acusações neste campo; desde serem responsáveis pelo desabonador contingente de prostitutas que habitavam a cidade até por transformarem a festa da Penha em um carnaval escandaloso, com suas músicas e danças indecentes (31). Realizavam proezas nos domínios da imoralidade capazes de ruborizar os mais incautos. Não perdoavam nem mesmo as religiosas:

"Num dos conventos de portugal a polícia civil
acaba de descobrir cinco criancinhas.

Chi !!! (32)

A aversão aos lusos assumiu proporções alarmantes, chegando mesmo a ocasionar a volta, comemoradíssima, de alguns imigrantes à península. O pesquisador que hoje consulta os jornais jacobinos não pode deixar de se surpreender coma rispidez de notas como esta:

"Atropelado por um bonde jacobino e gravemente machucado foi recolhido ao hospital de Misericórdia o mindelo augusto firmino de vaz. Lamentamos o bonde não ter-lhe esmigalhado a excremental cabeça logo. Com que prazer nós jantamos bem, no dia em que noticiamos estes fatos.

Regalamo-nos que é um gosto"(33).

A intransigência jacobina atingiu pontos inimagináveis. O jornal de Deocleciano Martyr, tão virulento que chegou a ser listado por Luís Edmundo como uma das excentricidades do Rio de Janeiro do seu tempo (34), não só anunciava com indisfarçável regozijo os infortúnios lusitanos em uma seção de *O Jacobino* intitulada sugestivamente "Desastres portugueses", como também promovia "comemorações

"patrióticas" pouco ortodoxas; basta mencionarmos as visitas a cemitérios no dia de finados para percorrer sepulturas de portugueses e, em euforia, saudar tão bem-vindos falecimentos. A simples leitura da convocação de uma dessas visitas nos dá a dimensão do radicalismo dos jacobinos:

"A redação d'"*O Jacobino*" irá hoje incorporada visitar todos os cemitérios da Capital Federal e contemplar de perto a enormidade de sepulturas de galegos eliminados, em boa hora, deste mundo pela patriótica febre amarela, pelos denodados bondes elétricos, pelos valentes e benéficos caminhões, pelos santos andaimes de dois andares e, enfim, pelas abençoadas, higiênicas e humanárias navalhadas dos crioulos da Saúde"(35).

Não se conclua daí que os jacobinos desrespeitavam o feriado de finados; o mesmo grupo que festejava as navalhadas higiênicas dos crioulos da Saúde, que limpavam a sujeira representada pelo português, pranteava respeitosamente, a cada 2 de novembro, os brasileiros mortos, como poderemos constatar em outro ponto deste trabalho.

O já citado Luís Edmundo também descreve em suas memórias os aspectos principais de uma reforma constitucional proposta pelo redator de *O Jacobino*, sugerindo confisco de bens de raiz dos portugueses habitantes no Brasil; nacionalização imediata do pequeno comércio a varejo; proibição da entrada em portos nacionais de embarcações que tivessem tocado em portos de Portugal; e, requinte jurídico incomparável, lei marcial e pena de morte para o brasileiro que tentasse proteger algum "galego"(36).

Em síntese, pois, o português típico, na visão de um jacobino, era um verdadeiro bigorrilha, tratante e inescrupuloso nos negócios. Contradictoriamente, se era considerado capaz de ganhar dinheiro usando

a esperteza e enganando os nacionais, era encarado também como elemento desprovido de quaisquer atributos intelectuais; sem cultivar os mínimos hábitos de higiene, como tomar banho ou escovar os dentes, representava um real perigo para a saúde pública, posto que a ausência dos referidos hábitos o tornava agente propagador de doenças contagiosas. Era, por fim, um despudorado, mandrião, capaz das maiores bargantarias morais. É importante nos fixarmos nesta imagem construída do português, pois veremos no decorrer do trabalho como a figura de Floriano Peixoto, um brasileiro típico, será caracterizada por atributos exatamente opostos aos dos imigrantes da Lusitânia.

Esta violenta aversão ao estrangeiro atingia principalmente o português, mas não poupava elementos de outras nacionalidades que ameaçavam, por algum motivo, os interesses nacionais. Por ameaças a esses interesses, entenda-se desde a simples presença de três alemães, um espanhol e um austriaco na Brigada Policial da Capital Federal até os conflitos com a Inglaterra na querela sobre a Ilha da Trindade, durante o governo de Prudente de Moraes (37). Os ingleses, inclusive, se não chegavam a sofrer a repulsa que atingia os de Portugal, eram objeto de considerável ódio dos jacobinos. A imagem do europeu, e principalmente do britânico, estava irremediavelmente ligada ao papel de submissão do Brasil que os republicanos radicais identificavam como sendo a característica maior do período colonial e imperial da nossa história. Lima Barreto criou um personagem que ilustra o que acabamos de mencionar no seu conto "Miss Edith e seu tio". Morador da pensão Boa Vista, o Major Melo, jacobino ardente que serviu nos batalhões patrióticos durante a revolta da Armada, ficou verdadeiramente incomodado com a chegada à referida pensão de dois hóspedes ingleses, a sensual Miss Edith e seu suspeitíssimo tio; sua irritação transformou-se em cólera quando percebeu o encantamento que aos demais produzira a possibili-

dade de convívio com os estrangeiros. O irascível Melo definiria, em certo momento, o que pensava dos indesejáveis súditos da rainha; definição que podemos colocar na boca dos jacobinos em geral:

"Uns ladrões! Uns usurpadores!"(38)

Exceção neste mar de ódios era a posição dos jacobinos em relação aos norte-americanos; de indisfarçável simpatia, comportava, inclusive, propostas de estreitamento do convívio entre os dois povos. Esta aproximação, parece-nos claro, era proporcional à repulsa cultivada contra a Europa, continente identificado com a Monarquia e berço dos insuportáveis e usurpadores ingleses e portugueses.

Evidências desta abertura para aproximação são a epígrafe muitas vezes empregada por *O Jacobino* - "A América para os americanos, Monroe; O Brasil para os Brasileiros, Floriano"- e a presença de Deocleciano Martyr como agente geral e correspondente no Brasil de uma publicação editada nos Estados Unidos com o objetivo de promover relações comerciais entre os dois países (39).

Vimos, portanto, que o antimonarquismo, a opção pela República presidencialista legitimada na crença do republicanismo imaculado, o militarismo, o nacionalismo e o antilusitanismo formavam, acrescidos do florianismo, o grupo de elementos caracterizadores do movimento jacobino. Explicitados, cabe agora irmos um pouco além, para considerar os instrumentos de ação do jacobinismo; os mecanismos pelos quais se expressava.

1.2- IMPRENSA, CLUBES E BATALHÕES - OS INSTRUMENTOS DE AÇÃO

A primeira década republicana marca um momento de especial tensão na história da imprensa no Brasil, com constantes

empastelamentos de jornais, atentados e assassinatos de jornalistas (40). Resultado de uma tradição herdada do Império, as folhas do período eram externamente importantes como elementos de propaganda e divulgação política. Neste contexto, podemos identificar alguns órgãos que se alinhavam com o grupo e se diziam jacobinos; outros que se mostravam simpáticos aos seus princípios mas críticos ante suas ações; e ainda muitos que foram ferrenhos adversários dos radicais republicanos, como é o caso do emblemático "Cidade do Rio", jornal de José do Patrocínio, acusado de comprometimento com a causa da restauração.

Dentre os órgãos jacobinos, dois merecem absoluto destaque: *O Nacional*, que a princípio se chamava *A Bomba*, e *O Jacobino*, várias vezes aqui citado.

O Nacional era comandado por Aníbal Mascarenhas, homem reconhecido por suas qualidades de polemista e dotado de formação intelectual que lhe permitiu publicar alguns trabalhos literários e produzir um compêndio de história do Brasil. A linha adotada pela publicação era fortemente jacobina, mas, na medida do possível, o radicalismo do conteúdo era apresentado de forma comedida.

Por sua vez, *O Jacobino* era extremamente agressivo e panfletário, nos moldes da personalidade de seu criador Deocleciano Martyr, um dos atores destacados da história que estamos contando. Ao contrário de Mascarenhas, Deocleciano não possuía formação intelectual e, não raro, seus textos eram pontuados por inúmeros erros de português. Sempre metido em tribuzanas, foi descrito como

"Um tipo meio doido, impulsivo, muitíssimo apaixonado, andando de muleta e dela, muita vez, valendo-se como arma de combate, sempre que em rusgas de calçada se metia"(41).

Se os ambos os jornais noticiavam com prazer infortúnios que atingiam portugueses, *O Nacional* jamais chegaria ao ponto de complementar um relato sobre o desastre que feriu gravemente um certo Joaquim Dias Correia da maneira como fez *O Jacobino*, com um virulento e definitivo "tomara que morra"(42). Como resultado desta agressividade, a folha de Deocleciano Martyr chegou a ser empastelada por portugueses que destruíram completamente sua oficina, ficando um período impedida de circular.

A peripatética figura do redator de *O Jacobino* começara a participar de movimentos políticos ainda nos tempos monárquicos, sempre ligada a centros republicanos e associações abolicionistas. Organizara batalhões patrióticos no período da revolta da Armada e lutara contra os federalistas no Sul, recebendo de Floriano Peixoto, em consideração as suas atuações nos episódios, o título de capitão do Exército.

Os batalhões patrióticos, esses que Martyr ajudara a organizar e nos quais Mascarenhas também servira, eram , assim como a Imprensa, importantes instrumentos de ação do jacobinismo. Apesar de criados nos primeiros momentos da República, pululavam durante o governo de Floriano, incentivados e armados pelo Marechal. Ao "Acadêmico" e o "Tiradentes", oriundos dos primeiros dias da nova ordem, vieram juntar-se com a revolta o "Benjamin Constant", o "Republlicano", o "Silva Teles", o "Pedro Ivo", o "Republlicano Municipal", o "Operário", o "Francisco Glicério", o "Defensores da República", o "Frei Caneca", o "Franco-atiradores", o "23 de Novembro", o "Silva Jardim" e o "Floriano Peixoto"(43). Compostos apenas por voluntários dispostos a lutar pela República como milícias organizadas, os batalhões despertaram protestos dos opositores do vice-presidente, sob a acusação de constante violação dos princípios constitucionais referentes às forças armadas de terra (44).

Os membros dos batalhões, em sua maioria, também participavam dos clubes jacobinos. Estes, que se pretendiam divulgadores da cartilha republicana e só admitiam em suas fileiras componentes que comprovassem serem brasileiros natos, organizavam-se em diferentes cidades, sendo o maior e mais atuante deles o clube da Capital Federal (45). Ainda não foram devidamente estudados, talvez pela escassez de fontes conhecidas - as atas das reuniões se perderam - mas sabemos que tiveram papel significativo nas agitações que marcaram o mandato de Prudente de Moraes. Rigidamente estruturados, dispunham de presidente e vice, primeiro e segundo secretários, tesoureiro, procurador, porta-bandeira e bibliotecário. Em suas reuniões decidiam-se organização de comícios, homenagens a republicanos ilustres e participações em atos pontuados pela violência desmedida. Ficaram famosos alguns meetings jacobinos estimulados pelas "comissões de agitação pública" dos clubes, formadas para cuidar da organização de atividades que pediam imediata adesão popular (46). Raul Pompeia chegou mesmo a exercer o cargo de "agitador" no clube jacobino da Capital Federal.

O fundamental neste ponto é o destaque que deve ser dado à ação conjunta da imprensa, dos batalhões patrióticos e dos clubes, compreendendo-os como instrumentos da prática jacobina que se interligavam com o objetivo de lutar pela legitimação de um determinado projeto da República. Apesar de *O Jacobino* ter chegado a atingir a tiragem de 30.000 exemplares em 1896, significativa para o período e que levou Luís Edmundo a afirmar que "dos panfletos do gênero foi o de maior ação, sendo o mais popular"(47), o reduzido contingente de alfabetizados e com acesso à imprensa no Rio de Janeiro estreitava o horizonte de atuação da propaganda escrita; cabia, então, aos batalhões e clubes a tarefa de organizar atividades que objetivavam caminhar - seja através de comícios, homenagens ou atos de violência - por estradas vedadas às

possibilidades da palavra impressa. A atuação agregada destes instrumentos de atuação jacobina exemplifica-se em Deocleciano Martyr, membro de batalhões patrióticos, redator de jornal e presidente do clube da Capital Federal, e em inúmeros outros personagens que, como ele, peleavam nas três trincheiras.

1.3 - OS AGENTES SOCIAIS

Se até aqui abordamos as linhas gerais do ideário jacobino e procuramos mencionar os instrumentos através dos quais o jacobinismo agiu com maior constância, cabe agora sugerirmos respostas para a indagação que durante todo o tempo se insinuou nas entrelinhas do que foi dito: quem eram estes monarquistas e nacionalistas radicais que perseguiam portugueses, lutavam nos batalhões patrióticos, reuniam-se em clubes e escreviam jornais movidos pela crença em um determinado modelo de regime republicano?

Podemos tentar responder à questão acima proposta a partir da análise de um artigo de Aníbal Mascarenhas, publicado em *O Nacional*, versando exatamente sobre o tema. Diz o polemista:

"Jacobino, no dizer calunioso dos corrilhos imorais que querem transformar esta pátria em estado tributário do estrangeiro é o senador venerando que, consciente de sua alta missão social, lança o anátema sobre o conchavo clandestino da anistia (...) jacobino, no regougar sombrio desta caterva insexuada, são ainda os deputados quebradores da ponta do punhal que, embainhado no projeto de anistia, era apontado contra a pátria (...) Se uni militar brios saliente-se

durante os lutoços dias da revolta por soberanos atos de valor e provada dedicação à República, a sua briosa fé de ofício, tem forçosamente que pendurar-se o selo em que se inscreve a palavra: jacobino. E todos: o negociante, o operário, o artista, o funcionário público, a menor manifestação de civismo, recebe da LIGA DOS TAMANCOS ou de seus órgãos na imprensa, o estigma de jacobinos.

Pois bem, nós aceitamos a classificação, honramo-nos com ela e com ela havemos de vencer"(48).

Neste trecho do artigo, são citados senadores e deputados contrários à anistia concedida aos insurretos da Armada e do movimento federalista, militares, negociantes, operários, artistas e funcionários públicos que, alcunhados de jacobinos, aceitam o cognome e prometem vencer com ele. Mascarenhas vem, assim, corroborar com uma constatação que se evidencia quando percustramos o jacobinismo; a de que o movimento comportou em suas hostes grupos heterogêneos que, unidos por um semelhante projeto de República, aderiram a ele por razões diversas, relacionadas às suas características próprias

A constatação deste fato levou alguns autores a se referirem a diferentes jacobinismos que, estanques, somente agiriam em sincronia em determinadas situações (49). Discordando desta posição, percebemos o jacobinismo como um movimento coeso, mas insistimos que a coesão não pressupõe a anulação das características de cada agrupamento em nome de interesses comuns. Se estes interesses são similares, é esta similitude o fator da unidade jacobina, mas cabe lembrar que podemos atingir o mesmo ponto tomando distintas veredas. Se um tenente e um fabricante de rojões são partidários de um modelo de República baseado

em uma ditadura militar centralizadora e lutam juntos pela vitória deste modelo, certamente o são e o fazem por diferentes razões, ligadas às vicissitudes de fardas e fogos.

Sem duvidar da unidade do movimento, trabalharemos aqui, para efeito de análise, com uma distinção entre jacobinos militares e civis, que visa destacar a dessemelhança das motivações propostas.

a) Jacobinos de farda

O elemento militar foi preponderante nas fileiras jacobinas. É consenso entre os estudiosos do tema a identificação do Exército como a corporação que, quantitativa e qualitativamente, imprimiu a marca caracterizadora do movimento. Admitindo esta primazia, resta saber por que o projeto jacobino de República foi tão caro aos fardados.

Segundo a concepção denominada "instrumental", para elucidarmos as posições do Exército na nossa história é suficiente que investiguemos os antagonismos existentes entre as classes sociais; sem vida própria, o Exército os refletiria. No caso do jacobinismo, esta concepção vê o militar participando do movimento na condição de representante das camadas médias urbanas, qual boneco de ventriloquo, resmungando queixas alheias(50).

Discordando desta posição, acreditamos que a relação Exército-jacobinismo deve ser explicitada dentro de uma perspectiva "organizacional", que não encare a corporação como um reflexo de influências externas, mas que procure entendê-la a partir de suas entranhas, como aboiador de gado próprio que não tange boi alheio (51).

Estudos sobre a corporação na segunda metade do séc. XIX indicam divergências internas que vão se manifestar no período jacobino. Basicamente, encontramos de um lado os oficiais chamados de "tarimbeiros", elementos mais idosos, em sua maioria ex-combatentes da

guerra do Paraguai que não frequentaram a Escola Militar, e de outro, os "científicos", formados na Praia Vermelha e mais afeitos aos mistérios da matemática que das disciplinas militares por excelência. A união dos dois grupos quando da proclamação da República é aparente. Diz Edmundo Coelho que

"os grupos militares envolvidos perseguiam objetivos diferentes e seus valores eram até mesmo antagônicos. A maioria dos oficiais, composta pelos chamados "oficiais sem curso", desejava apenas desagravar a honra da corporação supostamente ferida. Mas a maioria dos "oficiais científicos" servia-se da Questão Militar unicamente como pretexto para a derrubada do regime"(52).

Para melhor compreendermos esta divergência, temos que considerar a especificidade da formação dos "científicos", oriundos da Escola Militar que, desde 1874, funcionava na Praia Vermelha, o chamado "Tabernáculo da Ciência". Informações precisas sobre este ponto foram fornecidas por Celso Castro em recente estudo dedicado às relações entre Benjamin Constant e a "mocidade militar"(53). Neste, Castro mostra que o ingresso do aluno na Escola marcava a passagem de um mundo social a outro, estabelecida não só por fronteiras simbólicas, expressas em um processo ritual de trotes, como também físicas, estipuladas pelo isolamento da Praia Vermelha do resto de uma cidade que ainda guardava escondidos recantos (54). Uma vez dentro da Escola, a distinção entre o mundo militar e o civil era afirmada por um cotidiano

"pontuado por formaturas, verificação de presenças, revistas para observar uniformes e asseios, paradas, marchas, toques de cometa para

a alvorada e silêncio, vozes de comando, continências, uniformes, além de outros elementos que distinguiam alunos militares dos civis"(55).

Entre os alunos grassava a aversão ao bacharelismo do Império. Enquanto os melhores cargos da administração pública eram preenchidos por bacharéis, os engenheiros militares encontravam-se em desconfortável situação, com o mercado de trabalho para a atividade ainda muito restrito. Além disso, acusavam que enquanto em carreiras civis a ascensão estava ligada a fatores outros que não os do mérito, valor e dedicação, vigorava na carreira militar a escalada meritocrática, o que conferia ao castrense dignidade e honra alheias aos bacharéis. Complementando o quadro, o Visconde de Taunay dá a exata dimensão do prestígio gozado pelos militares nos tempos de Pedro II:

"Pretendesse qualquer oficial, um alferes, um tenente, por bem reputado que fosse, a mão de qualquer moca de família mais notada pela posição e por seus haveres; eram surpresas, passmos, sorrisos de compaixão, mil dificuldades, ao passo que todas as portas se abriam ante a solicitação de qualquer bacharelzinho saído das escolas, mas que contava com patronos no Senado, na política e na alta administração". (56)

Ao mesmo tempo em que se sentiam membros de um grupo distinto dos civis, os jovens da Praia Vermelha também se diferenciavam dos velhos oficiais que tiveram como escola os campos paraguaios. A formação dos jovens enfatizava sobremaneira os elementos teóricos em detrimento dos práticos, tendo especial destaque o estudo da matemática e das ciências. Acreditava-se, inclusive, que o relevo dado a estas

matérias foi um dos responsáveis pela forte penetração do positivismo nos bancos do "Tabernáculo".

Quanto a este assunto, sabemos que é por demais polêmico o papel desempenhado pelo positivismo no Brasil nos derradeiros anos do Séc. XIX. Enquanto alguns conferem a ele importância decisiva no advento da República e nos anos subseqüentes, outros acusam um superdimensionamento da estada da doutrina de Comte em nossas plagas (57). É necessário, a nosso ver, efetuar uma distinção entre os positivistas ortodoxos, reunidos no "Apostolado" de Miguel Lemos e Teixeira Mendes e outros, como os militares, que os próprios apóstolos alhavam heterodoxos. Estes últimos, que tem como grande nome Benjamin Constant, refutavam a fase da "religião da humanidade" do pensamento do francês, e também discordavam da obra do mestre em outros aspectos, como na admissão da tomada do poder de forma violenta, hipótese totalmente rechaçada pelos apóstolos que defendiam a transição da maneira como Comte propusera, de forma lenta e natural.

Além da valorização da matemática e das ciências, temos que ter em conta as possibilidades que o pensamento de Comte apresentava em um contexto em que os militares sofriam os dissabores do baixo prestígio gozado pelo Exército durante o Império. Lembra Sérgio Buarque de Hollanda que

"... não faltam passagens de Comte que se possam invocar em sentidos que servem para dignificar, de modo especial o ofício militar (...)

Além disso, porém, há passagens suas que mostram não apenas a dignidade e a necessidade do ofício militar, mas também a sua superioridade com relação, por exemplo, aos legistas. Até segundo critérios especulativos,

que são invocados pelos legistas, como suficientes para legitimar o quase monopólio que exerciam sobre os postos políticos e decisórios, a superioridade do militar se tornaria manifesta"(58).

Em um momento em que até mesmo nos negócios do amor os militares eram preteridos pelas famílias que preferiam confiar suas donzelas a empertigados bacharéis, as palavras de Comte sobre os militares e legistas vinha encaixar-se perfeitamente nas aspirações da jovem oficialidade, como o sapato de cristal nos pés da ansiosa Cinderela.

Dois outros elementos caracterizadores da Escola Militar eram o abolicionismo e a opção republicana de seus alunos. Em 1880 começara a funcionar na Praia Vermelha a sociedade "Abolicionista Acadêmica", promotora de atos de alforria e participante da campanha pela emancipação dos cativos. Pouco tempo antes, em 1878, já fora fundado pelos jovens um clube republicano que funcionava secretamente em uma casa localizada em Botafogo (59). Inúmeros são os testemunhos de que muito antes da Questão Militar, a Escola já era um reduto de republicanos; Castro chega mesmo a afirmar que foi o republicanismo dos moços de farda que influenciou Benjamin Constant e o levou para a oposição ao regime imperial; a historiografia sempre apresentou esta relação em termos inversos (60).

Por todas estas características, a Escola Militar constitui-se no que José Murilo de Carvalho chamou "ambiente perfeito" para o advento do soldado-cidadão (61). Cada vez mais os "científicos" iam adquirindo um sentimento de individualidade e consciência do papel do militar e da importância do Exército como corporação diferenciada na sociedade brasileira, que, como tal, não podia ficar restrita às funções outrora

exercidas. Ao invés de caserna, seu lugar deveria ser o gabinete presidencial.

Ao encerrar seu trabalho, aqui largamente utilizado, Castro diz que grande parte da mocidade militar formada nos bancos da Praia Vermelha termina por se engajar nos anos 90 no movimento jacobino. Queiroz também menciona a íntima ligação entre a Escola Militar e o jacobinismo, destacando, por exemplo, o apoio das folha de *Martyr* e *Mascarenhas* aos levantes que agitaram aquela escola na primeira década republicana (62). Nesta linha, queremos sugerir a relação entre os pressupostos dos ""científicos" e o do jacobinismo, manifesta em algumas características claramente positivistas do movimento; seja na adesão de um modelo de República baseado em uma ditadura, seja no culto a Floriano - nas palavras de Faoro "o esboço de ditador central do comtismo"(63).

A visão do militar como um elemento privilegiado na sociedade brasileira que, por sua formação, não deveria se abster da tarefa de regenerar esta sociedade das mazelas do civilismo imperial, participando diretamente da administração pública, é marcante no discurso jacobino e, em larga medida, deita raízes nas salas de aula do "Tabernáculo da Ciência", reduto de feroz oposição ao Império. Esta crença é motivada, sem dúvida, pelo desprezo que a Monarquia emprestou ao Exército; o jacobinismo castrense encontra na conjunção entre este desprezo e sua reação - a afirmação cada vez maior da superioridade do elemento militar - o seu motor de ação.

Quando relacionamos o jacobinismo dos militares aos oficiais científicos estamos, evidentemente, operando com uma generalização que, como qualquer outra, é problemática. É claro que alguns "tarimbeiros" apoiaram um projeto militarista de República, assim como certos científicos foram partidários de um Exército restrito as suas

funções de defesa. As exceções, porém, quase que confirmam a regra proposta.

b) Os jacobinos civis

Além do elemento militar, os raros estudiosos do jacobinismo detectaram a presença de civis em suas fileiras. Se podemos, no caso dos militares, identificar um determinado setor do Exército, os "científicos", como jacobino, em relação a esses civis temos que admitir a variedade de elementos dispostos em suas fileiras. Guarda-livros, farmacêuticos, alfaiates, professores, estudantes, pequenos comerciantes e funcionários públicos colaboraram constantemente com os jornais jacobinos e rezaram pelas suas cartilhas. Na seção de anúncios de *O Jacobino*, intitulada sugestivamente "Anúncios Brasileiros", encontramos, por exemplo, constantes propagandas de alfaiatarias populares, oficinas de pintura, charutarias e livrarias. Quando da morte de Floriano, foram enviadas à família do Marechal mensagens e coroas de flores de associações de funcionários públicos, trabalhadores do correio, telegrafistas, empregados do comércio e professores (64).

Esta constatação nos permite propor que a maioria dos jacobinos civis era composta por elementos das camadas médias urbanas, definindo estas como

"aqueles setores da população urbana, que, não sendo detentores do capital, realizam trabalho predominantemente não manual, quer trabalhando por conta própria, quer vendendo sua capacidade de trabalho a terceiros"(65).

Destacando a expressão pluralizada "Camadas Médias", Décio Saes afirma a heterogeneidade social, cultural e ideológica dos grupos que, todavia, ocupavam posições semelhantes na estrutura ocupacional,

espremidos entre subempregados, operários em sua maioria estrangeiros e setores privilegiados. Verdadeiro elo de união entre os setores médios, o nacionalismo xenófobo dos jacobinos se destacava, apresentando-se como solução imediata para inúmeros problemas.

Se assim como os militares, os setores mais intelectualizados do movimento, como professores e estudantes, pautavam este nacionalismo em uma reflexão sobre a soberania e a unidade como fatores de afirmação do Brasil independente, os setores menos favorecidos encontravam no mesmo uma resposta aos inúmeros problemas ocasionados pela convivência com o elemento estrangeiro no Rio de Janeiro. Para estes, se Floriano era visto como o ditador central do comtismo, posto que provavelmente jamais teriam ouvido o nome do francês, era o presidente que abrira crédito especial para o fornecimento de carne à população e implementara uma política de habitações populares com vistas a resolver o problema dos aluguéis que afligia a cidade. Por sua vez, inúmeros funcionários públicos que apoiavam os jacobinos viam neste apoio uma maneira de manter o emprego ameaçado pelas propostas de enxugamento da máquina administrativa defendidas por Prudente de Moraes.

Ponto assaz obscuro é o referido às ligações entre jacobinos setores de oligarquia dissidentes do Partido Republicano Federal. Não é demais lembrar que quando da tentativa de assassinato de Prudente de Moraes em 5 de novembro de 1897 pelo soldado do Exército Marcelino Bispo, prontamente suspeitou-se da participação de Deocleciano Martyr; suspeita logo confirmada. Surpreendente, porém, é que o depoimento do sicário jornalista e o consequente desenrolar do processo apontaram para o envolvimento de parlamentares como Francisco Glicério, Irineu Machado, Torquato Moreira, Alcindo Guanabara, Lauro Sodré e Barbosa Lima; além do vice de Prudente de Moraes, Manuel Vitorino (66).

Enquanto alguns contemporâneos destacaram que o envolvimento de tais personagens fora forjado de maneira a eliminar a oposição a Prudente de Moraes com medidas repressivas e estudos recentes como o de Queiroz admitem a participação dos parlamentares e de Manuel Vitorino, o que parece evidente é o apoio que este políticos encontraram no grupo jacobino durante o governo do paulista.

Indícios desta ligação também se manifestam quando do acirramento da questão de Canudos, especialmente com os desastrosos resultados da missão Moreira César. Logo após as notícias sobre o fracasso da terceira expedição, foi convocado um "meeting" para o largo de São Francisco, organizado por, entre outros, Nilo Peçanha, Timóteo da Costa e, sempre presente, Deocleciano Martyr. Proibida a sua realização, os manifestantes quebraram e incendiaram folhas identificadas com os Bragança e seguiram pelas ruas do centro da cidade protestando. Um dos pontos de destaque da furiosa jornada foi o elogio póstumo do jacobino intransigente Antônio Moreira César, cinematograficamente assassinado quando da peleja, por um comovido e possesso Nilo Peçanha (67).

Acreditamos que nomes como o próprio Nilo Peçanha, Glicério ou Vitorino, não podem ser arrolados como jacobinos; suas relações com o movimento foram de ordem tática, ocasionadas pela presença de um adversário comum: o projeto das oligarquias cafeeiras de São Paulo. Este ponto, porém, fica apenas sugerido, posto que a natureza do trabalho proposto comporta somente a constatação da ligação entre os jacobinos e os oligarcas dissidentes; a profundidade dele aguarda ainda quem a desvele e esclareça.

Finalmente, cabe ressaltar que a tentativa de decompor rapidamente alguns aspectos do componente social do jacobinismo coloca o pesquisador diante de duas opções: ou ele molda seu objeto a

alguns esquemas analíticos pré-determinados e cria a ilusão de estar navegando em águas calmas que levam a porto seguro e definitivo, ou admite a complexidade do tema e prefere enfrentar as águas turvas constatando, não sem certo incômodo, que todo barco carece de partidas e que, por esta razão, qualquer porto é provisório.

Optamos pelo segundo caminho, reafirmando a heterogeneidade social que marca o jacobinismo, dificulta seu estudo e se expressa nas motivações disparas que levaram certos grupos à adesão ao seu projeto de República. Destacamos, entretanto, que o núcleo do jacobinismo é essencialmente militar. A compreensão do tema passa pelo conhecimento de alguns fatores de ordem profissional que levaram setores do Exército às fileiras do movimento. Determinados grupos das camadas médias urbanas aderem ao projeto jacobino por vários motivos, alguns puramente pragmáticos, e terminam vendo na República militar a solução para seus problemas. Enquanto no Império não foram poucos os militares que invejaram o elemento civil e sonharam sé-lo, a inversão de valores que identificamos a partir da proclamação da República nos confronta, não raro, com civis que almejam engrossar as fileiras do Exército. O jacobinismo é um exemplo da parcial superação da baixa posição social que os militares experimentaram durante o Império, sendo ilustrativo desta mudança o fato, impensável no Segundo Reinado, de certos segmentos civis lutarem pela implantação de uma ditadura castrense, admitindo desta forma a supremacia da farda.

Nesta tentativa de abordagem do jacobinismo, é nossa intenção mencionar os elementos caracterizadores do seu discurso, seus instrumentos de ação e, finalmente, seu componente social. O esforço feito neste sentido objetivou abrir caminhos para a problemática específica deste trabalho: a peleja pela legitimação de um herói para a

República brasileira e a participação dos jacobinos nesta contenda com a apresentação de seu candidato, o Marechal Floriano Peixoto. A frase que Guimarães Rosa colocou na boca de Riobaldo em certo trecho do seu *Grande Sertão: Veredas* - "Só aos poucos é que o escuro é claro"- é epígrafe de inquestionável pertinência para um objeto como o jacobinismo, tão pouco trabalhado e ainda obscuro, noite que anseia auroras.

Tateando escuridões, apresentamos os guerreiros. Legitimar o herói para legitimar o projeto de República que ele encarna; eis as razões da sua guerra.

NOTAS

- 1- Lima, Jorge de. Invenção de Orfeu in *Jorge de Lima, Poesia Completa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, págs. 13-287.
- 2- Gomes, Ângela de Castro e Ferreira, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico, in *Estudos Históricos 4 - República*. Rio de Janeiro, Vértice, 1989, pág. 259.
- 3- Queiroz, Sueli R.R. de. *Os Radicais da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 4- Hahner, June E. Jacobinus versus Galegos. Urban radicals versus portuguese imigrantes in Rio de Janeiro in the 1890. Separata do *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18(2), maio de 1976. Topik, Steven. Middle Class brazilian nationalism (1889-1930): From radicalism to reaction, in *Social Science Quaterly*, vol. 59, no. 1, junho de 1978. Enquanto o artigo de Topuik tenciona comparar o jacobinismo com a ação Nacionalista dos anos 20, Hahner privilegia quase que exclusivamente a xenofobia antilusitana do movimento.
- 5- Carone, Edgard. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo, Difel, 1971.
- Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 2 vols. 6a. ed. Porto Alegre, ed. Globo, 1985.
- Ribeiro, Gladys Sabina. *Mata Galegos, os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- 6- Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit.
- 7- Idem, pág. 263.
- 8- Idem, pág. 265.
- 9- Idem, pág. 265.

- 10- Romero, Sílvio. Os partidos Políticos e o grupo Positivista, in Romero, Sílvio, *Realidades e Ilusões do Brasil*, págs. 123-152. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 11- Idem, pág. 140.
- 12- Idem, ibidem.
- 13- Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit. pág. 91.
- 14- *O Jacobino*, de 26-09-1894.
- 15- O fato é descrito entusiasticamente em *O Jacobino*, de 19-09-1894.
- 16- Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit. pág 93.
- 17- Pompéia, Raul. *Carta ao autor das Festas Nacionais*. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1893, pág. 22.
- 18- Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit. pág. 99.
- 19- Idem, pág. 97.
- 20- Lippi, Lúcia. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- 21- Idem, pág. 142.
- 22- Ribeiro, Gladys Sabina. Op. cit. pág. 13.
- 23- Ver, por exemplo, *O Jacobino* de 19-09-1894. Em artigo intitulado "Quem dera", o jornal denuncia o monopólio dos gêneros alimentícios e dos aluguéis por imigrantes portugueses. O ódio aos lusos era de tal ordem que o jornal só escrevia nomes ligados a Portugal em letras minúsculas.
- 24- *O Jacobino*, de 13-10-1894.
- 25- Idem, de 19-02-1894.
- 26- Azevedo, Aluísio. *O Cortiço*. Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.
- 27- *O Jacobino*, de 02-11-1894.
- 28- Idem, de 22-09-1894.
- 29- Idem, de 19-09-1894.
- 30- *O Jacobino*, de 22-09-1894.

- 31- Idem, de 30-10-1894.
- 32- Idem, de 12-10-1895.
- 33- Idem, de 23-11-1895.
- 34- Edmundo, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 5 vols., 2a. ed. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1957.
- 35- *O Jacobino*, de 02-11-1895.
- 36- Edmundo, Luís. Op. cit. vol. 5, pág. 1001.
- 37- *O Jacobino*, de 19-09-1894.
- 38- Barreto, Lima. "Miss Edith e seu tio", in *Clara dos Anjos, o Homem que Sabia Javanês e Outros Contos*, Rio de Janeiro, Ediouro, s.d. págs. 136-144.
- 39- Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit. pág. 106.
- 40- Ver Sodré, Nélson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, 2a. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- 41- Edmundo, Luís. Op. cit. vol. 5, pág. 1004.
- 42- *O Jacobino*, de 09-11-1895.
43. Miranda, Salm. *Floriano*. Rio de Janeiro, BibliEx, 1963, págs. 244-45.
- 44- Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit. pág. 84.
45. Idem, pág. 83.
- 46- Idem, ibidem.
- 47- Edmundo, Luís. Op. cit. vol. 5, pág. 1004.
- 48- *O Nacional*, de 17-10-1895.
- 49- O exemplo mais notório é o de Edgard Carone, que fala em um jacobinismo de cúpula e um jacobinismo popular agindo separadamente, unindo-se apenas em ocasiões isoladas. Ver Carone, Edgard, op. cit.
- 50- Sobre a concepção instrumental e seus principais autores ver Coelho, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Especialmente na introdução deste trabalho

importantíssimo, Coelho apresenta os pressupostos da concepção instrumental de forma bastante didática, com o intuito de criticá-la. Em síntese, o autor diz que os adeptos desta concepção - como Nélson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe - não ajustam a teoria aos fatos, mas os fatos à teoria.

51- Dentre os autores que defendem uma concepção organizacional para o estudo do Exército, podemos mencionar o próprio Edmundo Coelho em sua obra citada na nota anterior e também Carvalho, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador, in Fausto, Bóris (org) *História Geral da Civilização Brasileira tomo III - o Brasil Republicano, 2o. vol. - Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1977. Uma tentativa de conciliar as duas perspectivas divergentes foi feita por Forjaz, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política. Tenentismo e Camadas Médias na crise da Primeira República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Sua sugestão é a de que as interpretações classista e institucional se complementam. Acreditamos, todavia, que a perspectiva organizacional é mais adequada ao estudo do jacobinismo e assim procedemos no corpo do texto.

52- Coelho, Edmundo Campos. Op. cit. pág. 56.

53- Castro, Celso. *Benjamin Constant e a Mocidade Militar - Um Estudo de liderança*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1991.

54- Idem, pág. 25.

55- Idem, pág. 26.

56- Taunay, Visconde. *Império e República*. São Paulo, Melhoramentos, 1933, págs. 25-26. Citado por Castro, Celso. Op. cit. pág. 35.

57- Sobre o positivismo no Brasil ver Bosi, Alfredo. "A Arqueologia do Estado-providência, in *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, págs. 273-307.

- Costa, João Cruz *O Positivismo na República*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956 (coleção Brasiliiana, vol. 291).
- Hollanda, Sérgio Buarque de. Da Maçonaria ao Positivismo, in *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, Vol. 5 - Do império a República*. São Paulo, Difel, 1983, págs. 289-305.
- Lins, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, s.d. (col. Brasiliiana, vol. 322).
- 58- Hollanda, Sérgio Buarque de. Op. cit. pág. 303.
- 59- Castro, Celso. Op. cit. pág. 38.
- 60- A visão de que Benjamin Constant influenciara a "mocidade militar" e a fizera aderir à República é partilhada por contemporâneos e foi aceita, sem maiores discussões, por sucessivas gerações de historiadores. Como clássicos exemplos desta perspectiva podemos citar Mendes, Raymundo Teixeira. *Benjamin Constant - Esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1913. Sodré, Lauro. *Benjamin Constant: Fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, Typografia Hildebrand, 1915.
- 61- Carvalho, José Murilo de. Op. cit. pág. 196.
- 62- Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit. pág. 233.
- 63- Faoro, Raymundo. Op. cit. pág. 546.
- 64- *O Paiz*, de 2, 3 e 4-07-1895.
- 65- Saes, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasil*. São Paulo, Brasiliense, pág. 26.
- 66- Sobre a tentativa de assassinato de Prudente de Moraes ver Neiva, Vicente S. de Carvalho. *Atentado de 5 de novembro. Relatório do Dr. Vicente Neiva, 1o. delegado auxiliar e diversas peças do inquérito*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

67- Janotti, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1989. A autora descreve a cerimônia em desagravo a Moreira César na pág. 139.

Espada de Catucaí, fuzil de Morena

A Anunciação do Herói

Espada de Caboclo, Tacape de Marechal

2.1- A REVOLTA E O BATIZADO

Ao buscarmos no início do capítulo anterior enquadrar o jacobinismo em um espaço cronológico preciso, encontramos a solução para tal na afirmação de que o elemento caracterizador que confere especificidade ao movimento é o "florianismo". Sendo assim, a eclosão do jacobinismo confunde-se com o início do entusiasmo incontido pelo Marechal, localizado na revolta da Armada de 1893. Destarte, para elucidarmos, ou antes identificarmos, os mistérios da heroicização do alagoano, nos remetemos àqueles dias turbulentos, verdadeira crônica de uma cidade sitiada.

Em linhas gerais, a rebelião foi deflagrada a partir de um manifesto endereçado à nação pelo Almirante Custódio José de Melo, contendo uma série de acusações a Floriano Peixoto e seu governo, tachado de arbitrário, prepotente e inconstitucional. A situação tornou-se especialmente dramática com a posterior adesão às fileiras revoltosas do respeitabilíssimo Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama, que, também através de manifesto, propunha a convocação de um plebiscito que colocasse em pauta a possível restauração da monarquia (1).

O final dessa história é por demais conhecido. Após seis longos meses, as forças solidárias ao presidente em exercício conseguiram debelar a revolta e o conflito mudou-se para os lados do Sul, onde ocorreria a rebelião, posteriormente sufocada, dos federalistas. Resultado da contenda: Floriano Peixoto derrotou os que ameaçavam seu governo.

Não é objetivo do nosso trabalho inquirir os mecanismos pelos quais os revoltosos foram derrotados, ou a "verdadeira" dimensão da participação de Floriano Peixoto e sua importância para a vitória das hostes governistas. Se assim tencionássemos, estariámos incidindo em

grave equívoco frente as nossas intenções de articular o processo de heroicização do Marechal. Neste caso, mais importante que qualquer critério de objetividade que explique o papel desempenhado por Floriano Peixoto na contenda, temos que perguntar sobre a representação que os partidários do alagoano fizeram de seu envolvimento na luta. O Floriano mítico está imbricado com o personagem histórico e nele encontra suas raízes - não se poderia a imagem do vencedor da revolta da Armada se a mesma não tivesse ocorrido - mas o ultrapassa e adquire vida própria; ganhando um sentido que deve ser tratado sem que tentemos confrontar ambos em nome de supostas verdades, numa batalha em que o derrotado não seria o mítico nem o histórico, mas um terceiro: o presente estudo.

Assim sendo, vamos à versão jacobina dos fatos.

Segundo os adeptos do Marechal mobilizados a seu lado durante o conflito, a revolta da Armada era uma conspiração que ameaçava frontalmente a República. Se a historiografia posterior vê na eclosão do movimento um resultado das aspirações frustadas de Custódio de Melo em suceder Floriano Peixoto na presidência, os jacobinos defendem desde o princípio o caráter de ameaça ao sistema; estando a verdadeira intenção dos revoltosos explicitada quando da adesão de Saldanha da Gama: restaurar a Monarquia (2). Ainda segundo os radicais, as forças revoltosas eram apoiadas por países estrangeiros e tinham muito mais condições materiais para alcançar a vitória que os adeptos do presidente em exercício. Em meio ao surgimento de inúmeros batalhões patrióticos que se formam no período, os jacobinos começam mesmo a se constituir enquanto grupo organizado em torno do alagoano, colocando-se prontamente ao lado da República e do seu Marechal.

Diz-nos Raoul Girardet que o campo de batalha é o local por excelência do surgimento de heróis (3). O caso em questão não é diferente. Para os jacobinos, Floriano Peixoto é o homem comum que

vive sem maiores sobressaltos o cotidiano de sua função, até que um conflito o chama para a luta e, ali, o homem simples, o "caboclo silencioso" das Alagoas, revela toda sua energia e poder de reação diante das adversidades aparentemente irreversíveis. Diz um apologista do Marechal sobre o assunto:

"Floriano se manteve impávido. Esses eram os seus grandes momentos. Na rotina da calmaria ele se nivelava à massa, ativo, administrando, trabalhando; na tormenta, porém, ele crescia e se destacava, porque todos o contemplavam confiantes e esperançosos, todos reconheciam quanto valia a sua serenidade e quanto precisavam de sua energia para dominá-la"(4).

Maior o herói quanto maior e mais difícil a sua tarefa. É importante destacarmos que a versão jacobina reputa à vitória de Floriano Peixoto um caráter de missão impossível e personaliza, sobremaneira, os louros do sucesso na figura de um único homem, acreditando que, se outro estivesse em seu lugar, o resultado seria diferente. A esquadra que Floriano Peixoto organizou para combater os insurretos, a famosa "Esquadra de Papelão" do Almirante Gonçalves, não vence por ser superior às embarcações rebeldes, mas por ter um poder que sobrepuja o das armas: o seu "valor ético"(5).

O turbulento período da revolta fez com que os adeptos do Marechal se empenhassem em ajudá-lo naquela luta que consideravam desleal: a luta de um homem contra uma conspiração. Dentre os que abraçaram a versão jacobina e se revelou, segundo seu maior biógrafo, um "impregnado de Florianismo até a medula", estava Arthur Azevedo (6). Afastando-se, inclusive, dos amigos não simpáticos a Floriano Peixoto, o famoso articulista de *O Paiz* e autor de não menos famosas re-

vistas e contos, vai aderir, impetuoso, aos radicais republicanos. Diz R. Magalhães Jr. que

"quer escrevendo em prosa, na Palestra, quer em verso, como Gavroche, Arthur investia contra a revolta da esquadra com toda violência florianista (7)".

Em meio às várias quadrinhas do Gavroche satirizando Custódio de Melo, Saldanha da Gama e os revoltosos, merece destaque como exemplo da produção jacobina do escritor um de seus contos humorísticos mais famosos, *O Batizado* (3). Neste, nos vemos envolvidos com as aventuras que cercam a realização do batizado de uma criança que, não obstante ser filha de pais pobres, possuía padrinhos ricos. Uma série de incidentes acontece ao longo do conto, sempre adiando a realização da cerimônia, até que, finalmente, chega-se ao dia da consumação do sacramento. Quando, na cena final, o padre pergunta o nome do menino, o padrinho responde: "Custódio"; ao que o pai replica de imediato: "Não senhor, o nome do menino é Floriano". E assim se resolve a querela; faz-se a vontade paterna.

Parece-nos bastante plausível que o menino do conto de Arthur Azevedo seja nada menos que uma representação do Brasil. Os dias de indefinição vividos quando da revolta pelo País, em um quadro político marcado pela instabilidade gerada por uma feroz disputa pelo poder, refletem-se na história nos variados percalços que impedem o batizado de se concretizar e, consequentemente, o menino de receber um nome definitivo. Quando a cerimônia finalmente ocorre, o padrinho rico afirma que o menino vai se chamar Custódio, mas o humilde pai opta por Floriano. Ou seja, após a indefinição, a vontade do pobre é vitoriosa, da mesma maneira como após a revolta a vitória seria do povo e não dos ricos e estrangeiros, e o Brasil seria de Floriano e não de Custódio.

Ademais, por uma espécie de direito paternal, é o pai e não o padrinho que deve escolher o que é melhor para seu filho. São os legítimos que, com paterno amor, devem e sabem escolher o que é melhor para o Brasil, o país do Marechal, benzido e sacramentado em água benta.

A vitória do pai humilde contra o rico padrinho, ou a vitória do governo contra os revoltosos, é o ponto de partida, portanto, para o nascimento de um herói salvador para a República brasileira. A construção deste herói guarda uma boa dose de manipulação voluntária, seja por parte do candidato ou de seus seguidores (9). Esta manipulação, porém, não anda de mãos dadas com a frieza de uma elaboração minuciosamente arquitetada, mas está entrelaçada com a crença de que o peixe que está sendo oferecido é o que de melhor o oceano pode ofertar as nossas mesas. Acreditava-se piamente que Floriano Peixoto derrotara a terrível ameaça à República, e o passo seguinte seria vender o peixe com competência; ou seja, fazer com que os que não acreditassesem passassem a crer.

A primeira atitude para tal seria a de construir a imagem do Marechal e divulgá-la. Como era e quem era este homem que, enfrentando fortes batalhas, dignificou-se a ponto de merecer o alcunha de herói da nossa história, segundo os jacobinos? É o que buscaremos responder agora.

2.2- UM ÍNDIO REPUBLICANO

A primeira resposta à pergunta colocada é a de que Floriano Peixoto era o brasileiro por excelência. E quem era o brasileiro por excelência? Para os jacobinos, era o antiportuguês. E um antiportuguês desde o berço; ou seja, um índio.

Durante boa parte do oitocentos a discussão da questão nacional preocupou a intelectualidade do Império, posto que ao Estado Nacional recém-implantado competia traçar um determinado perfil para a nação brasileira

"capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações de acordo com os novos princípios organizadores da vida social no Séc. XIX" (10).

Neste quadro, a temática indígena será amiúde recorrente, suscitando debates entre a história e a literatura sobre a pertinência de reputar ao índio o papel de representante da nacionalidade brasileira (11). Responderão afirmativamente a esta querela escritores como José de Alencar e Gonçalves Dias, marcando com algumas de suas obras um momento específico da literatura brasileira o Indianismo, e veiculando a "imagem do indígena como portador da "brasiliade"(12).

A questão continua pertinente no final do século, ganha inclusive novo fôlego com o advento da República, e a posição dos jacobinos espessa a herança dos "Ubirajara" e "Y-Juca Pirama" imperiais, no sentido de observar no elemento indígena um representante da nossa nacionalidade. Chegou mesmo *O Jacobino* a deflagrar uma campanha nos seguintes termos:

"Abrimos hoje espaço nesta coluna e criamos esta seção para a publicação de nomes próprios indígenas, a fim de que as famílias Brasileiras possam batizar seus filhos sem recorrer aos nomes de joaquim, domingos, antônio, etc (...) Aproveitem a nossa lembrança os pais de família e nunca mais ponham nos pequenos Brasileiros,

mas futuros cidadãos, nomes que são completa antítese do nosso progresso e civilização"(13).

Feito isso, o jornal apresentava uma lista de sugestões contendo nomes como Acary, Oxibolocoté, Amargy, Capivary, Cururipe, Gurupy, Juquery, Munducuru, Urucu, Zalamacaethu, Jurujuba, Maracanã, Itamarandiba, Pirassununga, Pirapuara e Uruguayana (14).

A campanha se estendeu e *O Jacobino* continuou, vez por outra, a publicar novas sugestões para os pais de família nacionais. Os nomes próprios indígenas passaram a ser designados como ideais para batizar os "pequenos brasileiros", enquanto os nomes portugueses foram rechaçados como contrários ao nosso progresso e civilização. Agindo assim, os jacobinos negavam a herança colonial européia - e os negros também estavam incluídos nesta herança, posto ser a escravidão africana uma instituição européia nos trópicos - e afirmavam o elemento indígena como o brasileiro por excelência.

E o que era Floriano Peixoto? Já a aparência não deixava dúvida:

"Pelo tipo físico de Floriano evidencia-se claramente a existência de sangue indígena nas suas veias: pele morena bronzeada, cabelos lisos e corridos, olhos pardos, do tipo característico conhecido entre nós por "indiáticos" (...)" (15).

O próprio temperamento do Marechal, tido como absolutamente sereno e imperturbável, extremamente calculista, e que fez com que Euclides da Cunha o alcunhasse "A Esfinge" e Lima Barreto diagnosticasse no alagoano um completa "tibia de ânimo", mereceu do jacobino Dionísio Cerqueira o seguinte comentário: "Calmo como um Tupi" (16).

Finalmente, o jacobinismo se encontra com o indianismo literário nas palavras de outro ardoroso adepto do Marechal, o jornalista Aristides de Araújo Maia, que, peremptório, afirma:

"Floriano Peixoto é a inteligência lúcida e a vontade enérgica ao serviço do patriotismo elevado. Desconfiado como o índio, sua dedicação pela República pode ser comparada a de Pery no romance de Alencar. Para salvá-la tudo fará; todos os sacrifícios são poucos, é o seu primeiro dever.

E salvou-a" (17).

Neste pequeno trecho de um artigo em que aborda o papel do Marechal diante da rebelião da Armada, Araújo Maia é exemplar; Floriano é Pery e a República, a doce Ceci, é salva pela sua absoluta lealdade e dedicação, característica do indígena e, como tal, do sucessor de Deodoro da Fonseca. Mais do que isso, para os jacobinos, característica do brasileiro típico, que veio do fundo das altas florestas, das distantes aldeias, para governar o seu país. Floriano é o Timbira de farda.

Cacique ou Marechal, o "caboclo" das Alagoas apresentava outra importante característica alardeada positivamente pelos jacobinos, derivada do berço: a procedência humilde, quase miserável. Filho de Manoel Vieira Peixoto e Ana Joaquina de Albuquerque Peixoto, o menino Floriano veio ao mundo quando o casal vivia em condições paupérrimas. Estando já seus pais com quatro filhos e sem recursos para criar o quinto, o futuro Marechal foi entregue aos cuidados do coronel José Vieira Peixoto, tio paterno, senhor de engenho e homem de posses, que logo se afeiçou ao caboclinho. No calor das paixões que Floriano Peixoto veio a despertar quando na presidência, alguns inimigos mais maledicentes aventaram a possibilidade do Marechal ser filho adulterino do coronel Vieira, hipótese execrada pelos seus partidários (18).

O adultério aventado, digno do maior dos folhetins, não nos é importante. Para os jacobinos, filho do pai, homem humilde; criado pelo tio, de posses. Devemos compreender, sim, o novelesco enredo traçado: o pequeno rebento entregue pelos pobres genitores a quem pudesse lhe dar melhor sustento; adversidade que, entretanto, seria tenazmente superada, como a da palmeira que viceja em condições desfavoráveis. Para seus adeptos, era ele, Floriano, esta palmeira que

"nascia, na aridez das areias secas do litoral da terra nordestina. Inda não se lhe abriam as palmas, já o vento quente da vida batia rijo contra o seu caule tenro. Mas o rebento resistirá de pé à força das tormentas, erguerá o tronco erecto e sua copa dominará a paisagem" (19).

A imagem não poderia ser mais clara. Enfrentando adversidades desde cedo, Floriano Peixoto será sempre vitorioso e triunfará. A metáfora da palmeira também espessa a idéia de solidão, de vicejamento do vegetal que se erguerá imponente e dominará, sozinho, a paisagem contrastante e rasteira da imensidão das areias secas. Não se fazem heróis sem percalços. É a superação de obstáculos aparentemente intransponíveis ou a tentativa de superá-los resultante em martírio, que heroiciza o homem; assim como é por resistir ao terreno árido e às tormentas que ganha destaque a rigidez daquela que é na visão jacobina a mais alta palmeira do Brasil.

A construção do passado de Floriano Peixoto tem por objetivo legitimar um determinado presente. É neste sentido que este presente, a estada do Marechal à frente do Executivo, é encarado como resultado de uma trajetória pautada pela retidão. A origem pobre por si mesma não dignifica ninguém, vide os portugueses que superaram o pauperismo com falcatrias diversas. A origem de Floriano Peixoto torna-se um elemento

de dignificação na medida que o alagoano em momento algum usa de meios ilícitos no trajeto até o cargo de dirigente máximo da nação. Para os jacobinos, Floriano Peixoto é o exemplo típico do que chamamos no capítulo anterior de escalada meritocrática do elemento militar, alheio ao filhotismo dos bacharéis e às bilontrices e farisaísmos dos lusitanos. A palmeira viceja sem ajuda que não venha do próprio caule.

No processo que culminará na presidência, os arautos do caboclo destacam o início de sua trajetória na Escola Militar, quando sofreu até mesmo uma reprovação - mais um obstáculo enfrentado sem que lhe fosse dado o direito de afastá-lo por fatores que não os do mérito, passando pelos diversos postos do militar de carreira. O major que partiu para o Paraguai, quando combateu por dever de ofício com destaque, chegou a Marechal agindo sempre como um "carneiro de batalhão", colocando a responsabilidade para com os afazeres acima de tudo (20). Exatamente por isso, para os admiradores de Floriano Peixoto, quando a copa da palmeira estiver dominando toda a paisagem, ele não perderá a referência dos tempos em que se lhe não abriam as palmas. Estando marechal e na presidência, Floriano Peixoto nunca deixará de ser para os seus o que sempre foi: o índio desconfiado e leal, o menino das Alagoas e o simples e dedicado soldado.

A retidão na vida pública encontrava, por sua vez, paralelo na exemplar conduta do Marechal como chefe de família. Sua vida particular era, segundo os jacobinos, irretocável. Se lembrarmos da pecha reputada aos lusitanos de amoraís e perniciosos aos bons costumes, perceberemos que aqui, mais uma vez, é o antiportuguês que se apresenta. Voltando do Paraguai, Floriano vai a Alagoas e fica noivo de sua prima Josina, casando-se pouco depois. Tiveram sete filhos e o Marechal era visto como incapaz de cometer qualquer deslize conjugal, sendo um verdadeiro cultor da família e do lar (21).

Até o momento, a tentativa que estamos empreendendo de reconstituir a imagem que Floriano Peixoto tinha para os jacobinos nos apresenta o seguinte quadro: o Marechal era um índio, verdadeiro símbolo da nacionalidade; vinha de origem humilde; desde cedo enfrentara inúmeros obstáculos; sempre os venceu com retidão e honestidade; chegara à vice-presidência sem fazer concessões, como resultado de uma carreira militar onde a ascensão se dava exclusivamente por mérito e nunca por algum tipo de favor; era um chefe de família exemplar e conhecido cultor das coisas do lar. É interessante notar como ao reagir a um antigo modelo de sociedade, onde a ascensão social se dava por apadrinhamentos e favores, os jacobinos vêem a modernidade aliada à brasiliade, com as características reputadas ao indígena sendo exemplares para o bom funcionamento de uma sociedade onde o mérito e a competência são fatores de prestígio; atributos que Floriano Peixoto possuía para seus pares.

Resta-nos agora fazer menção à faceta de Floriano Peixoto talvez mais cara a seus seguidores: a de republicano radical e nacionalista extremado.

Naqueles anos turbulentos em que o novo sistema era ainda paisagem envolta em brumas, ser ou não ser republicano era motivo de acirrados confrontos e, optando-se pela República, restava saber que modelo estava sendo defendido. Esta querela acabaria descambando em polêmicas as mais variadas sobre o próprio momento de instauração da nova ordem e o papel desempenhado pelos atores envolvidos no 15 de novembro. Assistia, então, "a batalha em torno de uma versão oficial, a luta pelo estabelecimento de um mito de origem" (22). Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant e Floriano Peixoto eram os personagens envolvidos nesta peleja.

A posição de Floriano Peixoto era bastante ingrata; sofria o Marechal acusações ligadas ao aparente pouco entusiasmo demonstrado quando da deposição de Pedro II. Tentaram os adeptos do alagoano, capitaneados por Serzedelo Correia, colocá-lo no olho do furacão que varreu dos trópicos a Monarquia, chegando mesmo a identificar no comportamento suspeito de Floriano Peixoto um genial artifício destinado a facilitar as coisas para os militares e evitar um desnecessário derramamento de sangue (23).

Conquanto seus seguidores afirmassem sua importância, Floriano não chegou a merecer alcunhas como a de "Fundador", destinada a Benjamin Constant, ou "Proclamador", primazia que os adeptos de Deodoro da Fonseca lhe reputavam.

A prova definitiva do republicanismo do Marechal se daria depois, quando da revolta da Armada, ameaça frontal à manutenção da ordem implantada. Naquele momento, vinha à cena o grande republicano que, se não fundara a República, se encarregara de salvá-la dos restauradores. Um dado significativo tornava este republicanismo ainda mais inquestionável: insistiam seus partidários no completo desapego que Floriano Peixoto nutria em relação ao poder. Se estava ali, era exclusivamente pelo compromisso maior com a defesa da causa republicana. Pouco tempo após o final da revolta, afirmava *O Jacobino*:

"(...) todos são testemunhas da luta gigantesca travada pela revolta de 6 de setembro do ano passado contra os poderes institucionais da República; os quais deveriam triunfar da revolta pela ação enérgica do poder executivo; ou seriam todos devorados por ela. Não há meio termo. (...) com tudo isso teve de lutar o grande Marechal Floriano, vencendo os inimigos congregados,

estabelecendo a paz da nação e salvando a independência nacional."(24)

A vitória conquistada com energia que lhe valeu a alcunha de "Marechal de Ferro" impediu a capitulação dos poderes institucionais da República frente ao inimigo e trouxe paz e salvação para o Brasil, não podia deixar dúvida: Floriano Peixoto era um republicano intransigente, verdadeiro paladino da ordem ameaçada. A certeza jacobina da restauração, se o Marechal não tivesse agido, é afirmada por Aristides de Araújo Maia, que previa com a vitória dos insurretos a volta do País aos braços padrastos da "Monarquia beata a trabalhar sob o relho de seu senhor, o judeu inglês" (25). Concluía, definitivo, o jornalista jacobino: "Floriano o impediu."

Se o republicanismo do Marechal não o levara, pois, a fundar a nova ordem, manifestara-se em um momento muito mais dramático: o instante da reação inimiga. Era, portanto, não só um republicano, mas o maior de todos eles. Consideravam os jacobinos sua dedicação à República só comparável a outra de suas características: o nacionalismo extremado que não comportava tergiversações.

A afirmação deste nacionalismo alimentava-se de algumas atitudes do Marechal consideradas emblemáticas de tal postura: duas delas nos parecem especialmente significativas e foram propagadas com vastidão pelos jacobinos.

A primeira remete-se aos tormentosos dias da revolta da Armada. Os ministros da Inglaterra e França no Brasil divulgaram nota destacando que as forças das esquadras estrangeiras interviriam no conflito caso a cidade fosse entregue às anarquias e aos saques, visando defender a integridade dos cidadãos de seus países (26). O Marechal respondeu secamente em boletim emitido pela polícia, declarando que "o governo dispõe de todos os elementos para manter a ordem, e que fará

imediatamente fuzilar todo aquele que atentar contra a propriedade particular" (27). Tentando controlar a situação e descharacterizar as notas de ingleses e franceses como afrontadoras da soberania brasileira, o ministro da Alemanha consultou o Executivo brasileiro sobre como seriam recebidas as forças estrangeiras que desembarcassem: "À bala!", teria sido a resposta de Floriano Peixoto.

Vero ou não, o fato é que o encontro do alemão com o alagoano foi fartamente divulgado pelos jacobinos e a suposta resposta do Marechal tornou-se um verdadeiro lema dos seus adeptos. Pouco tempo depois, estes mandaram cunhar uma medalha comemorativa com a efígie de Floriano Peixoto no verso e, no anverso, a frase "Ao Marechal de Ferro, Glória! À bala..." (28). Desta maneira, perpetuavam a atitude do Marechal e afirmavam sua postura intransigente na defesa da soberania nacional; verdadeira mola mestra do seu projeto de República.

Debelada a revolta da Armada, os líderes do movimento se refugiaram nos navios portugueses fundeados no porto. Apesar de o governo de Portugal garantir a Floriano que os rebeldes só desembarcariam em terras lusas, os navios rumaram para a capital uruguai e Saldanha da Gama e seus companheiros engrossaram as fileiras do movimento federalista em curso no Sul. Sabedor disso, Floriano Peixoto decretou rompidas as relações entre Brasil e Portugal e expulsou o representante da diplomacia lusa das nossas terras. A atitude do Marechal não só foi saudada com entusiasmo pelos jacobinos, como estimulou que este praticassem verdadeiros atentados contra imigrantes aqui estabelecidos, incendiando casas de comércio portuguesas e surrando os nativos da antiga metrópole dos tempos coloniais (29).

A partida do representante diplomático português, o Conde de Paraty, animou o humor "florianesco" de Arthur Azevedo, que elaborou uma paródia de um dos sonetos mais famosos do conterrâneo mais

famoso do indesejável Paraty, Luís de Camões. No lugar do poema, iniciado pelo indefectível cacófato camoniano "Alma minha gentil, que te partiste", Arthur versejava:

"Conde de Paraty que te partiste
Tão cedo desta terra descontente,
Vai gozar o teu doce far niente
E viva eu sempre aqui de pena em riste!"

(...) E se queres, honrando a tua raça
Ser cidadão, ao invés de ser vassalo
E do jovem Brasil cair em graça,

Roga a Deus que, sem guerra e sem abalo,
Brevemente a República se faça
No velho Portugal, para salvá-lo" (30).

A propalada firmeza do Marechal nessas duas ocasiões, em que os jacobinos identificaram uma clara ameaça à soberania nacional, afirmava para eles, de maneira insofismável, que Floriano Peixoto era não só nacionalista implacável, mas o próprio defensor da pátria encurralada pelas garras do dragão europeu.

Em seus estudos sobre os mitos, Mircea Eliade já chamava atenção para a função exemplificadora dos mesmos (31). Desde os camponeses medievais que "esforçaram-se por imitar um modelo exemplar" até a mitificação das personalidades nos nossos tempos por meio do "mass media", que implica "sua transformação em imagem exemplar", este é um dos elementos presentes nas mitologias. Uma das funções do mito do herói é exatamente a de modelar condutas e aspirações; conhecer, pois, a imagem que os jacobinos constroem de Floriano Peixoto é reconhecer o modelo de conduta a ser seguido pelos que

partilhavam da crença em um projeto de República e em um herói que é a própria encarnação deste projeto. Floriano e o português, dois mitos, dois exemplos. Um para ser seguido, outro execrado.

Índio; menino humilde; homem probo; militar de carteira que ascendeu ao cume sem fazer concessões de ordem moral; chefe de família exemplar; republicano ardoroso que sem apego ao poder exerceu-o como um dever para salvar a República da restauração tramada pelos insurretos da Armada; nacionalista intransigente que defendeu com firmeza a soberania nacional em perigo. Eis, em suma, quem foi Floriano Peixoto para os jacobinos. Compare-se com a imagem que os mesmos tinham dos portugueses e veremos no Marechal um antiportuguês e no elemento luso um anti-Floriano. O índio senhor da terra e o colonizador intrujão e desonesto; dois estandartes de guerra.

2.3 - A ESPADA DO GUERREIRO

Identificamos a revolta da Armada como o fato que impulsiona o processo de heroicização de Floriano Peixoto. É o típico caso em que uma crise política ameaça a ordem estabelecida e surge o elemento que toma a frente da batalha e conduz seus seguidores à vitória consagradora. Vimos, também, a representação que os jacobinos faziam da figura do Marechal, desenhando uma imagem que parte da ancestralidade indígena e chega ao republicano intransigente, defensor da soberania nacional.

Nesta imagem, estão encarnadas as aspirações de um determinado grupo; há uma coletividade específica que toma como ponto de referência aquela figura, que se torna verdadeiro modelo a ser seguido. A imagem de Floriano Peixoto está, pois, em sintonia com um projeto de República proposto e defendido pelos seus admiradores, sendo, por isso, importante instrumento de legitimação deste projeto.

Para cumprir sua função de instrumento legitimador é necessário que, antes de mais nada, este herói seja legítimo. Isto significa a expansão da crença em seu heroísmo, que deverá transcender o grupo em que surgiu e tornar-se parte integrante da memória de um contingente social mais extenso. Converte um número cada vez maior de descrentes; eis a tarefa dos devotos daquela igreja. Se legítimo o herói, legítimo o projeto e os ideais que ele encarna.

É nesta batalha pela legitimação do herói que se torna importante comemorá-lo, torná-lo objeto de um culto; em outras palavras, promover a sua imagem de maneira a possibilitar um extravasamento dela para círculos cada vez mais amplos. Afinal, o que seria do cristianismo se os primeiros apóstolos não almejassem celebrar o crucificado muito além das catacumbas?

Mas deixemos, por enquanto, Cristo em seus celestiais domínios; nosso personagem é ainda um guerreiro tupiniquim. Veremos como, nestes primeiros tempos de herói, ele foi comemorado por seus seguidores.

Como já mencionamos anteriormente, o mito é vitorioso na medida que transcendia o grupo em que surgiu e passa a fazer parte da memória coletiva; ou seja, torne-se uma verdade inquestionável e um objeto de crença não sujeito à crítica pelos que anteriormente nele não acreditavam. Diz Pierre Nora que não existe nas sociedades modernas memória espontânea; ela precisa ser construída e constantemente alimentada. É exatamente com este objetivo que são estimuladas comemorações, realizadas festas, efetuadas homenagens, inaugurados retratos e monumentos, etc (32).

No caso de Floriano Peixoto, podemos constatar que as tentativas de comemorá-lo obedecem a uma espécie de jogo determinado pelas relações entre presença física-ausência física-presença simbólica do

Marechal. Um primeiro momento, o da presença física, estende-se da vitória na revolta da Armada ao término da gestão de Floriano, abrangendo o período que vai

de março a novembro de 1894. Aí, o Marechal já é objeto de veneração dos seus seguidores, mas só passa a ser sistematicamente exaltado quando deixa de estar fisicamente presente para o público. A ausência do herói, não mais encontrável no gabinete de trabalho ou nas famosas incursões pelas ruas da cidade, faz com que haja a necessidade de torná-lo simbolicamente presente, seja através de inaugurações de retratos, edições especiais de jornais jacobinos dedicadas a homenageá-lo, ou divulgação de poemas em seu louvor.

Este fato pode ser constatado já na véspera da posse de Prudente de Moraes. Sabemos que Floriano Peixoto recebeu diversos apelos para não transmitir o cargo e declarar-se ditador perpétuo, mas a oligarquia cafeeira paulista já alcançara força suficiente no quadro político para garantir a posse de um candidato ligado as suas hostes na chefia da nação (33). É evidente, pois, que a passagem do poder para Prudente de Moraes é vista como um revés para a implantação de uma República nos moldes jacobinos; não havia por que comemorá-la.

Os jornais jacobinos que circularam naquele 14 de novembro dedicaram suas edições ao mandatário que se retirava. Como destaque, a publicação de um poema de Eduardo Magalhães saudando o "Salvador do Brasil":

"Glória a Floriano Peixoto
Bendito sejas, Bendito,
O Salvador do Brasil.
Teu nome está escrito
Prá sempre entre glórias mil."

Teu nome, ó Ídolo Puro,
Que é uma epopéia também,
Será de nós no futuro
O guia no exemplo do bem.

Agora que o herói descansa
Das batalhas que venceu
E a República alcança
Mais uma glória, um troféu.

Envolto na poesia
Neste momento, ufano,
Saúdo com alegria
O Marechal Floriano." (34)

Os versos de Magalhães são reveladores da visão que os jacobinos esposam do herói. No primeiro quarteto, o autor já destaca e bendiz Floriano Peixoto como "Salvador do Brasil" e anuncia a perpetuação do nome do Marechal "prá sempre entre glórias mil"; honraria a que só os heróis tem acesso. No segundo, é ressaltada a imagem do "Ídolo Puro" - cabe lembrar a metáfora do republicanismo imaculado dos jacobinos, livre das impurezas adesistas e restauradoras - e do guia que serve de exemplo para os seus seguidores; de resto, uma função já destacada dos heróis. No terceiro, o Marechal é o herói que descansa depois de enfrentar e vencer batalhas, tornando-se uma "glória" e um "troféu" da República. Finalmente, é, por isso tudo, ufana, poética e alegremente saudado pelo seu seguidor.

Inúmeros jacobinos promoveram, nos dias antecedentes ao término do mandato, inaugurações de retratos de Floriano Peixoto.

Foram tantos que o *Gavroche* justificava assim os boatos sobre a possível ausência do alagoano na cerimônia de transmissão do cargo:

"Ele não quer espalhafato
Metido está numa clausura
Acha que basta o seu retrato
Que em toda parte se inaugura" (35)

Confirmando os boatos, Floriano Peixoto alega estar doente e não comparece para transmitir o cargo ao sucessor. Seus partidários não só fazem o mesmo, ignoram a posse de Prudente de Moraes, como resolvem homenagear o Marechal na hora estipulada para que o ministro do Exterior, Cassiano do Nascimento, transmitisse o cargo, em nome do alagoano, ao novo mandatário.

Uma comissão capitaneada pelo jacobino Joaquim de Miranda e Horta, acompanhada pela banda do 6º batalhão de infantaria da Guarda Nacional, pelo indefectível batalhão Tiradentes e por várias associações corporativas, partiu da rua do Ouvidor em direção aos bondes do Largo de São Francisco. Embarcaram ali com destino a São Cristóvão, onde residia o Marechal. Ao chegar, "a grande massa dos admiradores do Salvador da República" foi recebida pelo General Costallat, representando o homenageado, supostamente doente (36).

A cerimônia destinava-se ao oferecimento que seria feito ao alagoano de uma espada de ouro adquirida através de uma subscrição popular. Tomou a palavra Miranda e Horta, que leu uma "Ode a Floriano Peixoto" de sua lavra, composta especialmente para a ocasião. Vale a pena recuperarmos alguns trechos do longo poema:

"(...) E essa hidra perversa da anarquia
Disfarçada em sincera simpatia
Em falso adesismo.
Buscou comprometer a causa pura

E reviver o império da impostura
O podre monarquismo!

E ao raiar de setembro o infiusto dia
Vimos na formosíssima Baía
De águas mansas e pacatas
- Qual um bando de abutres carniceiros
Os gloriosos vasos brasileiros
Na posse dos piratas (...)

A lei saiu vitoriosa e pura
Daquele torvo oceano de impostura
Daquele bacanal.
De Gonçalves devido ao esforço insano
E o braço forte do Marechal Floriano
Do patriota imortal.

Tomai-a - é uma espada cujo aço
Foi laminada com o suor do braço
Do artista nacional
Sangue da gratidão e do civismo
Do povo ao vosso homérico heroísmo
Contra o gênio do mal (...)

A República, Marechal, em vós confiada
Na vossa alma sincera e devotada
A quanto há de nobre e puro
Vem entregar esta espada agora
Para que seja ela a salvadora

Nos transes do futuro (...)

Esta espada contém a vossa história
- Página de ouro e perpétua glória
De um brilhante existir!
- Soldado - te elevaste às sumidades
E contemplaste as negras tempestades
Sempre a sorrir

Adeus! Ide ao aconchego da família
Buscar descanso às lides e vigílias
Do penoso lutar
Ide, mas sinceramente convencido
De que no coração da pátria erguido
- Tereis sempre um altar!" (37)

Miranda e Horta deixa claro em sua elegia que ali estavam para homenagear um herói da pátria, um "Patriota Imortal". A revolta da Armada é destacada como a grande ameaça à causa republicana; ardilosa tentativa de restaurar o "podre monarquismo". Ao derrotar com braço forte tão macobébica conspiração do "gênio do mal", Floriano Peixoto transforma-se no herói "homérico" que merece, por essa façanha que se derrame "o sangue da gratidão e do civismo" de um povo inteiro em sua louvação.

Podemos destacar na ode a constante evocação à pureza do Marechal - "buscou comprometer a causa pura"; "a lei saiu vitoriosa e pura"; "a quanto há nobre e puro - em oposição a "impostura", "podridão" e "abutres carniceiros"; imagens identificadas com a causa dos rebeldes. Há também a presença de uma imagem bastante comum aos heróis; a do homem, que transcendendo, coloca-se acima das comezinhas

querelas dos mortais, contemplando do alto de sua sumidade "as negras tempestades a sorrir". Por fim, além de desejar que a espada oferecida fosse a "salvadora nos transes do futuro", Miranda e Horta afirma a condição de Floriano Peixoto como ser glorificado; presença garantida no altar erguido no coração da pátria.

Imortalidade, pureza, força, sinceridade, devoção, brilho, sumidade, luta, coração, salvação, pátria e glória. Eis as imagens evocadas pelo aedo jacobino para cantar o seu herói.

Após a leitura da ode, discursaram alguns presentes, como nosso já conhecido Aníbal Mascarenhas, e procedeu-se à entrega da espada, sintomaticamente intitulada "Espada da Honra", por um comovido Raul Pompéia. O Tenente Aristides Vilas-Boas recebeu a honraria, lendo uma mensagem de agradecimento do Marechal.

A espada ofertada merece nossa atenção. A bainha, toda em ouro, traz na parte interna uma fita cinzelada, em cujas dobras estão gravadas as datas das promoções militares que Floriano Peixoto recebeu ao longo de sua vida. As braçadeiras apresentam, em cada lado, a imagem de uma harpia e um leão com as inscrições:

"Assumiu a presidência da República a 23-11-91.

Combate naval de Santa Catarina. Aprisionamento
do Aquidabã a 16-4-94. Entrega da presidência da
República ao Dr. Prudente de Moraes a 15-4-94.
Entrada da esquadra legal no R.J. e terminação da
revolta na Baía de Guanabara a 13-3-94."

Temos a representação da força - o leão - e da astúcia - a harpia ou águia brasileira - qualidades com as quais o herói venceu os desafios representados pela revolta ameaçadora e evocados ao lado das datas da posse e do encerramento da gestão na presidência. Afirma-se, assim, o

momento do conflito da Armada como a prova de fogo que revela o herói republicano.

A outra face da bainha apresenta uma fita lavrada entrelaçando folhas de louro; clara referência à glória alcançada pelo Marechal. O travessão do punho traz em relevo 21 estrelas representando os Estados da nascente federação, com o brasão republicano ao centro. Acompanha a espada um cinturão de ouro e veludo carmesim, tendo ao lado a inscrição "Ordem" e do outro "progresso", o lema positivista da nova bandeira. O brasão da República enfeita a fivela da cinta. A caixa que guarda a arma nos apresenta o monograma do Marechal ao alto, de onde pende outro símbolo republicano, o barrete frígio, com a inscrição: "Ao benemerito Marechal Floriano Vieira Peixoto, Consolidador da República brasileira, oferece como prova de perpétua gratidão "O Povo" por iniciativa de Joaquim de Miranda e Horta. 15-11-94".

No conjunto, a espada ofertada apresenta uma série de símbolos republicanos ao lado de outros, como o leão e a águia, que evocam as virtudes do herói. Menciona datas significativas de sua existência, as da escalada na carreira militar e as ligadas ao exercício do poder, destacando-se a vitória sobre os rebeldes da Armada. A arma reveste-se de significado ainda maior por ter sido adquirida através de contribuições espontâneas, sugerindo a imagem de um povo reconhecendo seu herói, afirmada na dedicatória da caixa. Sua alcunha - "Espada da Honra" - também é indicativa da representação de um soldado e guerreiro marcado pela absoluta retidão.

Ao efetuarem tal homenagem no momento em que o novo presidente assumia, os jacobinos marcavam claramente uma postura de oposição ao homem de Itu e, mais do que isso, tornavam pública a celebração de quem, para eles, encarnava os verdadeiros ideais Republicanos: Floriano Peixoto.

Ficou famosa naqueles dias mais uma das espirituosas quadrinhas criadas por Arthur Azevedo como *O Gravache*:

"Vai-se o Marechal ingente
Vai-se o grande alagoano
E eu, leitor, digo somente,
Floriano foi um prudente
Seja Prudente um Floriano." (38)

O desejo expresso na quadrinha, entretanto, não se realizou. O cafeeicultor não virou índio, o civil não virou Marechal, o paulista não virou alagoano. O temor jacobino de que o novo governo se afastaria das diretrizes administrativas que nortearam o período entre 91-94 logo se confirmou. A política de Prudente de Moraes, em sintonia com os cafeicultores paulistas, preconiza um modelo de República que defende dois fatores execrados pelos jacobinos: o civilismo e o cosmopolitismo.

Tentando destruir o aparato militar erguido pela gestão de Floriano, o paulista demite inúmeros funcionários públicos irregularmente contratados pelo Marechal, afinados com suas propostas, e veta sistematicamente os projetos de aumento dos efetivos do Exército; tenta golpear, desta forma, a militarização do regime, tão cara aos jacobinos, e fortalecer o poder civil. Além disso, sua ligação com um setor vinculado a um produto de exportação não comportava as posturas nacionalistas extremadas que marcaram a gestão do alagoano. Qualquer forma de nacionalismo seria prejudicial a quem dependia da manutenção do crédito internacional e do fluxo de produtos externos que alimentava as relações de troca. A necessidade de cultivar boas relações com o estrangeiro exasperava os jacobinos, avessos a qualquer coisa que cheirasse a cosmopolitismo.

Imaginemos, pois, o que houve quando Prudente de Moraes não só anistiou os envolvidos nas revoltas da Armada e dos federalistas,

como reatou relações diplomáticas com o odiado Portugal, suspensas desde o episódio do desembarque de Saldanha da Gama no Uruguai.

Aníbal Mascarenhas acusou Prudente de Moraes, nas páginas de *O Nacional*, de possuir "mesquinhos sentimentos reacionários" e a redação de *O Jacobino* hasteou a bandeira nacional com uma tarja preta ao centro (39). A chegada ao Brasil de Tomás Ribeiro, o novo embaixador de Portugal, deu-se em meio a enorme confusão. Testemunha do fato, Luiz Edmundo descreve com peculiar humor a perseguição que os jacobinos empreenderam ao carro que levava o representante luso, alvejado por "frutos podres, ovos e até pedradas" e tendo por fundo musical "assobios e galhofas" (40).

Não podia haver dúvida: Prudente de Moraes era verdadeira ameaça à República e seu governo uma traição a Floriano Peixoto. A anedota é explícita, com a impagável tentativa de Deocleciano Martyr de reproduzir o sotaque português:

"Passa de carro o novo Presidente da República.

Um português para o outro:

Oh Manéli, tu saves qaim bai n'quelí cartu?

É o Pr'udenti di Murais.

Não é não, grandi vurri; aqueli que ali bai é o imperadoiri da Repúvrica" (41).

Em um clima babélico, fazia-se mais do que necessário afirmar a figura de Floriano Peixoto como a do herói da República brasileira, o "Salvador" que via, agora, seus ideais serem afrontados por aquele "imperadoiri" Republicano produzido em Itu. É neste contexto que o 30 de abril de 1895, aniversário de nascimento do Marechal, ainda doente, é comemorado.

A folha de Aníbal Mascarenhas produziu alguns exemplares em papel da melhor qualidade, impressos com letras douradas, trazendo no

centro da primeira página um retrato do Marechal. *O Jacobino* circulou excepcionalmente no dia em edição comemorativa, trazendo na primeira página um retrato do busto de Floriano Peixoto envergando o uniforme de gala do Exército. A chamada que acompanhava o busto era simples e direta: "Floriano Peixoto, Benemérito Salvador da República" (42).

O editorial do jornal começava por ressaltar o fato de Floriano Peixoto ser a encarnação "da honra nacional que a República enalteceu", manifesta "na individualidade benemérita do cidadão honesto e do correto soldado". Destacando que naquele dia a nação estava rendendo o "mais sublime preito ao maior dos cidadãos da República", o jornal recordava o momento em que o herói se revelou: "A revolta de 6 de setembro fez a germinação dos estóicos e dos beneméritos que se bateram nobremente, dignamente, pelo salvamento da Pátria (...) fê-lo avultar tanto quanto a nossa veneração que não encontra medida no próprio infinito". Finalmente, terminava com um aviso aos que ameaçavam a República, parodiando a frase que Niclós proferiu acerca de Pocion quando se lhe chegava o exército de Felipe da Macedônia: "O Brasil ainda não perdeu a proteção do céu, pois que ainda existe Floriano Peixoto. (...) E ele existirá sempre porque representa a nossa maior glória - A glória é eterna". Temos, assim, menos um editorial que a anunciação de um herói; garantia de proteção celeste e passageiro-mór do bonde da glória, em linha direta com a estação do eterno (43).

O aniversariante recebeu em sua residência inúmeras cartas e telegramas de ex-alunos da Escola Militar, representantes do comércio, alguns deputados e particulares e do Batalhão Tiradentes. Já os alunos da Politécnica, em número de 97, dirigiram um despacho saudando o "grande patriota, heróico consolidador da República" (44).

A série de homenagens culminou com uma festa oferecida pelo cirurgião dentista Dr. Silva Borges, que reuniu vários jacobinos em sua casa para

"festejarem a inauguração que ele fazia do retrato do Sr. Marechal Floriano Peixoto, retrato a óleo em rica moldura dourada. Corridas as cortinas que cobriam a moldura, oraram brilhantemente os Srs. Capolli e Frederico Silva.

Em seguida foi servida uma mesa de doces e ao champanhe foi brindado entusiasticamente pelas suas virtudes cívicas e patrióticas o Sr. Marechal Floriano Peixoto a quem de ali mesmo foi passado um telegrama felicitando-o pelo seu aniversário (...) Uma banda de música tocou escolhidas peças, fazendo-se ouvir mais de uma vez o Hino Nacional.

Foi uma festa muito simpática, em a qual reinou a mais franca e sincera alegria." (45)

A disputa pelo imaginário republicano implicava também uma espécie de batalha do calendário. Já nos primeiros meses da nova ordem, o governo provisório aprovara um projeto de decreto elaborado pelo ministro da agricultura de Deodoro, Demétrio Ribeiro, e por Teixeira Mendes, que buscava ordenar fatos da história pátria que pudessem formar um calendário das origens da República recentemente fundada (46).

Segundo Nora, podemos encarar o calendário como um "lugar de memória"; um meio de construção e vigília de uma lembrança ameaçada. O grande inimigo da memória é o esquecimento, e é na tentativa de afastá-lo que se busca forjar uma vivência, perpetuar um lembraça.

Institucionalizar datas é marcar referências e, desta maneira, "lembra" constantemente de fatos e pessoas de forma que eles e elas possam ser vividos na dimensão da crença. Ao se estipular um calendário de origens da República, busca-se exatamente afirmar que existem estas origens e fazer com que um número cada vez maior passe a indentificá-las e incorporá-las como algo inquestionável em suas vidas.

A construção de um herói nacional passa, pois, pela tentativa de estipular referências específicas para sua comemoração. Na grande maioria dos casos, estas referências encontram-se no nascimento, na morte ou, ainda, em momentos que marcaram conquistas do herói. Em relação a Tiradentes, por exemplo, estipulou-se celebrá-lo nos aniversários do seu martírio. Quanto a Floriano Peixoto, seus adeptos visaram colocar alguma data ligada a sua figura no calendário de comemorações nacionais. É neste sentido que se realizam as homenagens do 30 de abril, um primeiro "dia candidato" a marcar a lembrança do herói que, posteriormente, sofrerá a concorrência das datas do início e encerramento da revolta da Armada - 6 de setembro e 13 de março - e do dia do falecimento do Marechal. Tenciona-se, assim, afastar da figura de Floriano o fantasma do esquecimento.

Ainda nas comemorações do natalício, não podia faltar a contribuição de Arthur Azevedo. Se em 1894 Floriano Peixoto mereceu uma homenagem em forma de quadrinha, mencionando a vida atribulada do Marechal diante das vicissitudes do poder:

"Muito embora lhe sejam dados
Não há no mundo dois Florianos
Pois se entre tantos, tantos cuidados
Inda tem tempo de fazer anos" (47)

o primo de Aluísio Azevedo preparara para 1895 algo maior. Assim, o teatro Apolo estrearia, três dias depois do aniversário, uma nova

revista do autor das *Histórias Brejeiras* em homenagem ao alagoano - *O Major* (48). O título fazia referência ao posto que Floriano Peixoto ocupava antes do Paraguai, e pelo qual era carinhosamente chamado, de quando em vez, por seus admiradores.

Em síntese, a nova revista do jacobino dramaturgo contava a história de Cesário, um rapaz vindo de Campos que chega ao Rio durante a revolta da Armada e se encontra com Beloneta - uma Belona, deusa da guerra em miniatura, com ares cariocas. Imediatamente, esta lhe pergunta o que viera fazer na cidade em época tão adversa, se somente assistir os bombardeios ou mesmo se alistar em algum batalhão patriótico. Sem alma e jeito para pelear, Cesário admite ter viajado somente para ver Floriano. Justifica-se, dizendo: "Admiro-o, venero-o! Nunca o vi, mas afianço-lhe que ele nunca teve amigo sincero do que eu! A sua calma, o seu sangue frio, a sua resistência entusiasmaram-me! Outro fora ele, e sabe Deus a que não estaria reduzido o meu querido Brasil" (49). Como lembrou R. Magalhães Jr. "é o próprio Arthur Azevedo que se confessa, pela boca deste personagem" (50).

Em meio a aventuras bélicas e sentimentais em que se mete pelas ruas da cidade, Cesário trava relações com um tocador de violão, instrumento admirado pelos jacobinos pelo seu suposto caráter nacional (51), que canta os versos de uma modinha saudando Floriano Peixoto e desanmando Custódio de Melo de forma deveras maliciosa. Satirizando o pornográfico início do nome de Custódio; afirmando a superioridade da caboclice do índio Marechal sobre o Almirante mulato; ou ainda condenando a intromissão de estrangeiros em assuntos nacionais, o modinheiro cantava:

"Tem uma flor no princípio
O nome do Marechal
Mas o nome do Almirante

Principia muito mal

Da vitória da revolta
Eu duvido e faço pouco
Pois nunca se viu mulato
Dar bordoada em caboclo.

A intervenção do estrangeiro
Chega a me dar quizília
Estrangeiros nunca se metam
Em negócios de família." (52)

A ação prossegue em ritmo acelerado, mas Cesário não encontra Floriano Peixoto. Lamentando o infortúnio, afirma : achar "um fiasco maior que ir a Roma e não ver Leão XIII, vir ao Rio e não ver o Major".
(53)

O que R. Magalhães Jr. aponta como uma curiosidade de *O Major* reveste-se para nós de um significado mais profundo. Uma das inovações que as revistas de Arthur Azevedo apresentam, reconhecida pelos estudiosos desta forma de manifestação dramática, é a introdução que fazem da caricatura viva. Em *O Tribosé*, por exemplo, são personagens a "Variola", a "Febre Amarela", o "Câmbio" e o ator "João Caetano". Já em *O Major*, nenhum ator personifica Floriano; como se a simples possibilidade de banalização do herói representasse para seu seguidor uma tarefa não só dolorosa como impossível, semelhante à profanação de uma figura sagrada.

Afirma-se nesta distinção de Arthur Azevedo a experiência de um artista e um tempo divididos entre o sagrado e o profano, divisão esta que persiste em cada um de nós (54). No mesmo momento em que o escritor dessacraliza inúmeros fatos e personagens, consagra o objeto de

sua crença ao torná-lo não personificável por quem quer que seja. Ao fugir do que Eliade chamaria de "experiência ordinária" de sua criação, ou seja, lidar com caricaturas vivas, Arthur Azevedo funda na ausência a mais forte presença e sacraliza Floriano Peixoto ao tratar de sua figura de uma forma excepcional, alheia e mesmo contrária ao procedimento rotineiro de elaboração de seus personagens.

O que Arthur Azevedo certamente não poderia prever é que sua revista ganharia ares de réquiem. Logo no mês seguinte à estréia no Apólo, uma notícia cairia como um raio nas cabeças jacobinas: aos 29 dias do mês de junho daquele 1895, morria Floriano Peixoto.

A ausência física torna-se irreversível; a presença simbólica torna-se mais forte. A sacralização do herói acentua-se e, se até aquele 29 de junho, sua imagem era a de um guerreiro, a partir de então a espada ganhará contornos de cruz e o índio desconfiado virará um Cristo republicano.

Mas, se a César o que é de César, a Cristo o que é de Cristo. A Cristo, pois, um capítulo específico.

NOTAS

- 1- Ver Souza e Silva, Antônio Carlos. *O Almirante Saldanha*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1939.
- 2- Sobre as diferentes versões acerca da revolta da Armada ver Nabuco, Joaquim. *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*. 9a. ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932. Felisbelo Freire. *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*. Brasília, Ed. UnB, 1982. O livro de Nabuco é um exemplo da visão antiflorianista da revolta. O de Freire, titular da pasta das Relações Exteriores e da Fazenda durante o governo Floriano, é favorável à ação do Marechal. Ver também Sérgio Corrêa da Costa. *A Diplomacia do Marechal. A intervenção estrangeira na Revolta da Armada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Brasília, Ed. da UnB, 1979.
- 3- Girardet, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. A imagem do herói Salvador como um combatente é trabalhada na pág. 80.
- 4- Miranda, Salm de. *Floriano*, Rio de Janeiro, BibliEx. 1963, pág. 241. Salm é filho de um jacobino, o Tenente-Coronel José Pereira de Miranda, a quem sua obra é dedicada. Em nosso modo de ver, é a mais completa obra apologética sobre Floriano Peixoto.
- 5- Miranda, Salm de. Op. cit. págs. 260-261.
- 6- Magalhães Jr., R. *Arthur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1966. Ver especialmente o capítulo "O 'major' Floriano e a revolta da esquadra", págs. 253-267.
- 7- Idem, pág. 256.
- 8- Idem, pág. 264.
- 9- Ver Giradet, Raoul. Op. cit. págs. 71-72.

- 10 - Salgado Guimarães, Manoel Luís. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In *Estudos Históricos I - Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro, Vértice, 1988, págs. 5-27. Pág. 6.
- 11- Idem, pág. 11.
- 12- Idem, pág. 12.
- 13- *O Jacobino*, de 11-5-1895.
- 14- Idem, ibidem.
- 15- Miranda, Salm de. Op. cit. pág. 23.
- 16- Citado por Miranda, Salm de. Op. cit. pág. 23.
- 17- Maia, Aristides de Araújo. *Recordações*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1902. Pág. 306. Araújo Maia chega a dedicar seu livro à República, a Floriano Peixoto e a "boa Luzia", sua mãe preta.
- 18- A hipótese era considerada absurda pelos florianistas por ter o Marechal se casado com a filha de José Vieira.
- 19- Miranda, Salm de. Op. cit. págs. 21-22.
- 20- Idem, pág. 25.
- 21- Diz Miranda, Salm de: "Floriano era o homem da família, tinha o culto do lar. Dele ninguém apontou um deslize conjugal, nem ninguém referiu a uma aventura amorosa sua, mesmo nos tempos se solteiro (...)" . Op. cit. pág. 325.
- 22- Carvalho, José Murilo de. As Proclamações da República, in *Ciência Hoje - Especial República*. Rio de Janeiro, SBPC, no. 59, novembro de 1989, págs. 26-33. Pág. 27.
- 23- Idem, pág. 28.
- 24- *O Jacobino*, de 26-9-1894.
- 25- Maia, Aristides de Araújo. Op. cit. pág. 306.
- 26- Ver a transcrição do comunicado em Salm de Miranda. Op. cit. pág. 279.

- 27- Idem, pág. 281.
- 28- Idem, pág. 281. Ver também Silva, Ciro. *Floriano Peixoto*. São Paulo, Ed. Edaglit, 1963, pág. 179.
- 29- Luis Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 5 vols. 2a. ed. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1957, vol. 5, pág. 998.
- 30- Magalhães Jr., R. Op. cit. pág. 264.
- 31- Eliade, Mircea. *Mito e Realidade*. 3a. ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1991. Ver especialmente o capítulo IX - "Sobrevivências e Camuflagem dos Mitos", págs. 141-165.
- 32- Ver Nora, Pierre *Entre Mémoire et Histoire*, in *Les Lieux de Mémoire*. Paris, Galimard, 1984.
- 33- Parece-nos fundamental para compreender os motivos que levaram Floriano Peixoto a não se declarar ditador perpétuo levarmos em consideração o apoio que os paulistas deram ao Marechal durante a revolta da Armada. Tal apoio estava condicionado à garantia de que os paulistas fariam o sucessor de Floriano. Ver Queiroz, Suely R. de. *Os Radicais da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986, págs. 26-31.
- 34- *O Jacobino*, de 14-11-1894.
- 35- *O País*, de 14-11-1894.
- 36- Sobre a cerimônia de entrega da "Espada da Honra" ver *O País* de 16-11-1894 e Silva, Ciro, op. cit. pág. 199.
- 37- *O País*, de 15-11-1894.
- 38- Idem, ibidem.
- 39- Queiroz, Suely R. de. Op. cit. pág. 32.
- 40- Luís Edmundo. Op. cit. pág. 1031. Citado por Suely R. de Queiroz, op. cit. pág. 33.
- 41- *O Jacobino*, de 6-4-1895.
- 42- Idem, de 30-4-1895.
- 43- Idem, ibidem.

- 44- *O País*, de 1-5-1895.
- 45- Ver Edgard Leite Ferreira Neto. *O Improviso da Civilização*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, julho de 1989, pág. 67.
- 46- Idem, ibidem.
- 47- Citado por Magalhães Jr. , R. Op. cit. pág. 261.
- 48- Azevedo, Arthur. O Major, in *Teatro de Arthur Azevedo*. Rio de Janeiro, INACEN, 1987, Tomo IV, pág. 147-224.
- 49- Idem, pág. 167.
- 50- Magalhães Jr. , R. Op. cit. pág. 265.
- 51- Lima Barreto destaca o apreço que os jacobinos sentiam pelo violão no capítulo "A Lição de Violão", do seu *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.
- 52- Azevedo, Arthur. Op. cit. pág. 181.
- 53- Idem, pág. 222.
- 54- Ver Eliade, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

Jesus das Alagoas

A morte e a morte de Floriano Peixoto

Por mais insignificante que seja o destino de um cadáver sempre envolve, em qualquer grupo social, uma ritualística sacra e/ou simbólica que segue preceitos estabelecidos pela cultura à qual pertencia o morto.

Dos cânticos africanos em louvor a Omulu, passando pela autoflagelação dos fundamentalistas islâmicos que choram a perda de um ente e chegando à exposição pública de uma viúva na China feudal, tem de fazer da dor que supostamente está sentindo pela perda do marido, o ritual de dar um determinado fim a um corpo acaba sendo representativo do próprio papel que exercia e da posição que ocupava o morto no grupo.

Nas páginas da nossa literatura, entre inúmeros exemplos, encontramos Quincas Berto Dágua sendo singularmente velado e "bebido" por seus companheiros do cais de Salvador, vagabundos e prostitutas, em um ritual profano regado à cachaça que, antes de mais nada, afirma o grande boêmia e farrista que Berto Dágua foi em vida. Já *Nas Primeiras Histórias*, de Guimarães Rosa, o velório do mais velho dos irmãos Dagobé é ponteado pelo silêncio, sem o pranto, e pelo temor dos que se viram, por uma questão de sobrevivência, obrigados a manifestar a seus irmãos o pesar, fingido, pelo falecimento do mais odiado facínora das Gerais. Para agradar Dagobé valia até disputar a primazia de carregar o caixão.

Os monumentais ceremoniais que envolveram o sepultamento de Victor Hugo, na França, ou as homenagens a um embalsamado Lenin na Praça Vermelha movem-se também na direção de afirmar o que foi, ou antes, o que representou o morto.

Exemplos absolutamente oposto corroboram esta afirmação. As covas rasas reservadas aos indigentes - enterrados sem qualquer pompa,

pranto ou cachaça - podem ser lidas como símbolos de vidas consideradas absolutamente desprezíveis para o grupo social.

Entendendo o momento do enterro, pois, como um espaço da afirmação que terceiros fazem do que em vida o morto representou, veremos como os adeptos de Floriano Peixoto agem no sentido de tornar público que ali se sepultava um herói da nação brasileira, com o objetivo de fixá-lo na memória coletiva. O enterro do Marechal é, assim, uma dramatização que busca sensibilizar os que ainda não vivem a certeza de seu heroísmo. Façamos o nosso elogio da morbidez necessária.

3.1- CONDUZINDO MORTO

Floriano Vieira Peixoto faleceu na noite de 29 de junho de 1895, na Fazenda Paraíso, em Divisa, Estado do Rio de Janeiro. Imediatamente após a constatação de sua morte, seus admiradores começaram a cuidar do sepultamento com o objetivo de promover aquela que deveria passar para os anais da história como "a maior romaria cívica até então realizada no Brasil e talvez na América do Sul" (1). Para tratar das cerimônias fúnebres, foram prontamente formadas comissões (2).

Pouco antes de falecer, Floriano expressou o desejo de ser enterrado em Divisa. A despeito disso, o corpo seguiu na mesma noite para a cidade do Rio de Janeiro. Evidentemente, se o objetivo era realizar um sepultamento que afirmasse a condição de herói do Marechal, Divisa não seria o palco mais indicado para o espetáculo, mas sim a Capital Federal.

Conduzido por familiares e importantes jacobinos como Deocleciano Martyr e Henrique Câncio, o corpo foi embarcado na estação ferroviária de Divisa rumo a São Cristóvão, de onde seria levado até a residência dos Peixoto, no Pedregulho, em uma padiola coberta com

a bandeira do Brasil. Já neste pequeno detalhe, fica clara a tentativa de vincular o morto com a jovem nação republicana.

Chegando em casa, o cadáver foi embalsamado pelo Dr. Couto Ferraz e cuidadosamente vestido com o 2º uniforme do Exército - para ocasiões de gala - preto com detalhes em dourado. Ao lado do talim foi colocada a espada com a qual o Marechal percorrerá as trincheiras governistas no período da revolta da Armada. Símbolo máximo do guerreiro, ela acompanhará o herói até sua morada derradeira, perpetuando a consagração da vitória. Floriano e a espada que bateu a rebelião naval tornam-se para todo sempre inseparáveis.

A tentativa de tornar os funerais do alagoano um acontecimento digno da despedida de um herói, implicava a realização de esforços visando transformar aquele momento em parte integrante da memória da própria cidade do Rio de Janeiro. Emblemáticos desta tentativa foram os roteiros traçados para os cortejos que levaram o corpo; primeiramente do Pedregulho até a igreja da Irmandade Santa Cruz dos Militares, onde seria velado, e, finalmente, do templo até o cemitério de São João Batista.

O primeiro cortejo iniciou-se por volta das dez horas da manhã de 2 de julho. O vigário de São Cristóvão encomendou o corpo, que foi depositado num caixão e colocado numa cama de campanha. Praças do 22º batalhão de infantaria levaram o cadáver até a Praça da Emancipação, onde já aguardava um coche fúnebre. Diz o correspondente do *Estado de São Paulo*, que, imediatamente, um agrupamento de seguidores do Marechal

"tirou os animais do carro, amarrando à boléia cordas do comprimento de cerca de 40 metros e as quais pegaram pessoas de todas as classes". (3)

A imagem é fortíssima - a multidão tira os cavalos e arrasta o coche de Floriano pelas ruas da cidade. Em determinado momento a

corda arrebentou e, sob grande emoção, o coche passou simplesmente a ser carregado nos ombros dos adeptos do morto.

O cortejo, aberto pela banda de clarins do 9º regimento de cavalaria e pelo esquadrão do mesmo, seguiu estrategicamente pelos logradouros mais movimentados do bairro de onde partira. Cruzou as ruas da Emancipação e São Luiz Gonzaga até parar no Campo de São Cristóvão. Ali, incorporou-se ao prêstito um regimento do Corpo de Bombeiros e ouviu-se um discurso do jornalista jacobino Paula Ney.

A retomar a jornada, o séquito seguiu pelas ruas Figueira de Melo, São Cristóvão e Visconde de Itaúna, ganhando ali o reforço da banda do batalhão da linha no. 10. Prosseguiu até o Campo de Santana, onde a banda do 24º se incorporou, deu a volta pela frente do quartel general ali situado e seguiu até a intendência, onde estava programada nova parada e exposição do caixão no salão principal. Todavia, o cortejo apenas passou pela porta da frente do prédio, para que das janelas se saudasse o coche com uma chuva de pétalas de flores.

Prosseguindo em seu caminho, o prêstito ganhou a rua da Constituição, Largo do Roscio, Rua do Teatro e, finalmente, o centro nervoso da Capital Federal - o Largo de São Francisco de Paula e a rua do Ouvidor, onde a banda do 1º regimento de cavalaria começou a tocar uma marcha fúnebre e desfraldou-se uma bandeira nacional envolta em crepe.

A descrição nos indica a tentativa de realizar uma cerimônia que mobilizasse toda a cidade do Rio a partir de um roteiro programado com paradas estratégicas e incorporação gradativa de regimentos militares, até a apoteose da rua do Ouvidor, regada, segundo uma testemunha, a "ataques, soluços e prantos" de algumas senhoras (4). Completa o quadro a marcha fúnebre da banda militar e a representação do luto que se bateu

sobre as matas, o ouro e o céu republicano do Brasil, expresso no crepe da bandeira.

Estava entregue, pois, o corpo ao seu destino temporário, a igreja da Cruz dos Militares - na esquina da rua Primeiro de Março com Ouvidor - para que a República e a cidade velassem seu herói morto. A *Gazeta de Notícias* assim descreve o caixão do Marechal:

"A igreja está toda revestida de preto. As portadas e tribunas estão garnecidas de sanefas de veludo preto, com franjas de ouro. No centro, rodeado de tocheiros, ergue-se o catafalco em que repousa o cadáver do Marechal, cercado por coroas (...)

O caixão está coberto com a bandeira nacional, e nos quatro ângulos do catafalco foram colocados os estandartes do clube Tiradentes, Escola Superior de Guerra, Escola Militar e Colégio Militar. Ao derredor os estandartes das corporações que tomaram parte no prêstito." (5)

A vigília na igreja estendeu-se até o dia 6 de julho. Durante este período as manifestações de pesar se sucederam. Dentre inúmeras coroas de flores que foram enviadas ao velório, algumas são extremamente significativas do que aquele morto representava para seus admiradores:

- A polícia do Distrito Federal - ao glorioso e imortal brasileiro.
- Ao Salvador da República - Pessoal republicano telegrafista do R. G. do Sul.
- Ao Salvador da República, Marechal Floriano Peixoto - Capitão Siqueira e família.
- Ao Salvador da República, o Batalhão Tiradentes.

- Ao Salvador da República, eterna veneração do 1º. Batalhão de Artilharia de posição.
- Ao Salvador da República, saudade do amigo e compadre A.J. Felizardo e família.
- Ao Salvador da República, ao restaurador do caráter nacional, ao Marechal Floriano Peixoto, o Major Veiga Cabral, chefe da seção de administração dos Correios." (6)

As manifestações de pesar não se restringiram ao local do velório. Organizou-se, por exemplo, uma exposição de um retrato a óleo de Floriano feito em Paris pelo pintor Batut, na Casa Fauchon e Cia., situada na rua do Ouvidor. Afirma *O País* que "ricamente emoldurado, envolto em crepe, o quadro tem chamado milhares de visitantes à livraria, que vão assim render a derradeira homenagem a efígie do grande brasileiro" (7). Acompanhando a exposição, foram vendidas por preço simbólico pequenas fitas verde-amarelas com uma minúscula fotografia do Marechal, preparadas em forma de condecoração. No mesmo local foi aberto um livro para recolher assinaturas rogando a Lopes Trovão que apresentasse um projeto à Câmara dos Deputados, destinado a transformar o 29 de junho em feriado nacional dedicado ao luto. Destacamos no capítulo anterior a necessidade de se colocar o herói no calendário de festas nacionais; passo importante para sua legitimação. A iniciativa do projeto afirma uma tentativa neste sentido.

O transporte do corpo do Marechal para o São João Batista estava inicialmente marcado para o 4 de julho, de forma a coincidir com as comemorações da independência da república norte-americana. Devido, porém, a problemas na organização, foi adiado para o dia 6, um sábado. Na antevéspera da saída do féretro, *O País* publicava uma conclamação de Arthur Azevedo que nos parece externamente importante e indicativa

de um fato: o enterro de Floriano Peixoto adquiriu aos olhos jacobinos uma função pedagógica da mais alta relevância.

Em linhas gerais, Arthur Azevedo afirma a necessidade de que a infância assista aos funerais de Floriano, para que se impressione com o espetáculo e tenha sempre na memória a apoteose da despedida do Salvador. Mais do que isso, os funerais devem se revestir de tal grandeza que possam despertar nas crianças a crença no herói nacional. Diz o escritor:

"(...) Convém que esse majestoso préstimo - a mais solene, a mais forte consagração da República - nunca mais se desvaneça da memória dos que vão crescer. Nenhuma criança que assista a essa manifestação nacional se lembrará um dia de rebelar-se contra a República fundada pelos seus maiores, nenhuma pretenderá ofender o nome do sacratíssimo morto que viram acompanhado pelo pranto de uma população inteira.

Venham, venham crianças ao enterro de Floriano Peixoto. Venham andrajosas e descalças as que não tiverem roupa ou calçado; mas venham, venham muitas, venham todas!

O pequenino esfarrapado de hoje pode ser mais tarde o chefe supremo escolhido pelo povo. Os humildes tem agora o direito de aspirar também ao mais alto cargo da República. Já não há príncipes, já não há direitos de nascença. Venham os meninos esfarrapados, venham as criancinhas humildes ver passar o enterro de Floriano Peixoto, filho do povo, filho de si mesmo!" (8)

Arthur Azevedo não só acredita que o enterro de Floriano Peixoto despertará na criança o amor e o respeito pela República e seu herói, como afirma que a apoteose destinada ao Marechal é a celebração do humilde, do homem do povo que, passando por cima dos direitos de nascença, chegou a chefe da nação. A imagem final do escritor, após concluir os deserdados a assistirem a homenagem a um que foi como eles, é especialmente forte: Floriano Peixoto é filho do povo e, como tal, de si mesmo. O Marechal, para o autor das *Histórias Brejeiras*, é nada menos que a encarnação do povo brasileiro.

Mais uma vez, o que está em jogo é a instauração de uma lembrança. Levar os meninos ao enterro de Floriano Peixoto é tentar atingir o campo em que agem os mecanismos da memória - o da afetividade, da sensibilidade e da paixão. O enterro do candidato a herói deve revestir-se de tal pompa que possa falar diretamente aos sentidos das pessoas e não aos domínios da razão e, consequentemente, da crítica. Apagar pelo magnetismo da cerimônia qualquer dúvida a respeito do heroísmo do morto e impedir pelo apelo à emoção a ameaça do esquecimento; eis as motivações do grandioso funeral que, por isso mesmo, deve ser objeto de nossa atenção.

A apoteose sonhada por Arthur Azevedo começou na manhã daquele 6 de julho de 1895. Pouco depois das dez horas, uma força militar composta por duas divisões - comandadas pelos generais Bibiano Costallat e João Francisco Lima e Silva - formadas por regimentos de cavalaria, infantaria, artilharia e brigada policial, alinhou-se com armas em funeral da igreja até a Câmara dos Deputados. Ao longo da rua da igreja formaram 53 representações de centros republicanos, clubes de voluntários da pátria, associações de funcionários públicos, repartições militares, escolas e grêmios (9).

O corpo ganhou a rua na carreta que levara em outros tempos o caixão do general Osório. Antes do prêstito mover-se, a carreta passou pela frente de todas as forças ao longo da Primeiro de Março, voltando a seguir à igreja de Santa Cruz dos Militares. À medida que passava, os regimentos apresentavam armas e davam descargas de tiros. Ao começar a caminhar, tendo como vanguarda o batalhão Tiradentes, o prêstito atravessou a rua do Ouvidor para que recebesse flores jogadas das sacadas dos sobrados e para que Paula Ney pudesse discursar da redação do *Diário de Notícias*, chamando o cadáver de "relíquia sagrada da República" e dizendo ser o cortejo "a Jerusalém da esperança, para que cada um (...) na defesa da pátria, suspenda ao pescoço o relicário dessa figura, que é efetivamente conforto glorioso da nossa coragem para a conquista da República e manutenção da liberdade" (10).

Daí em diante, o trajeto até o cemitério foi cumprido em silêncio. As ruas que o cortejo atravessou apresentavam todos os lampiões cobertos de crepes, assim como algumas janelas e a cruz de mármore da entrada da necrópole de Botafogo.

Chegando ao São João Batista, o corpo foi depositado no escritório transformado em capela ardente. Ao centro do recinto despontava uma eça cercada por seis tocheiros, trazendo aos pés um crucifixo de prata alumiado por seis círios. Do teto da capela, toda feitada de veludo preto com galões dourados e lágrimas de prata, pendia um grande crepe. As janelas e a sala contígua, reservada às coroas, também estavam cobertas de preto, bem como o altar erguido atrás da eça.

Na cerimônia falaram representantes de algumas entidades presentes e, em seguida, foi aberto o túmulo à cabeceira da sepultura de Benjamin Constant, em uma cova coberta com crepe sob o número

1.108. O fundador e o Salvador estariam sepultados lado a lado, unidos na devoção republicana.

O Fundador, porém, teve de esperar um pouco mais para privar da companhia do Marechal. Em um caso até hoje único no País, o corpo de Floriano Peixoto permaneceu exposto em câmara ardente durante três meses, sendo velado dia e noite por grupos que se revesavam e não deixavam em nenhum momento a capela vazia, até o dia 29 de setembro, um domingo, quando baixou à sepultura. É este um exemplo dos mais evidentes - pelo seu ineditismo ainda não igualado entre nós - da tentativa de transformar o funeral de Floriano em um acontecimento digno daquele que era considerado pelos seus adeptos o "maior dos brasileiros", Salvador republicano. Além disso, como já ressaltamos, a dramatização da perda revestia-se de uma função importante, como instrumento de persuasão e convencimento dos que não vivenciavam a crença no heroísmo do Marechal.

Durante estes três meses, um dado novo pode ser identificado na tentativa de mitificação do Marechal. Alerta Raoul Girardet que, muitas vezes, a imagem do herói Salvador adquire sentidos diferentes durante as etapas de sua elaboração. O herói que representa o revolucionário pode, em outro momento, encarnar a restauração de uma ordem perdida (11). No caso de Floriano Peixoto, sua morte marca uma virada na construção do mito. Um componente novo entra no drama da elaboração do herói: o martírio. Quando o corpo do alagoano deixar a câmara ardente em que foi depositado e velado durante quase noventa dias, não é simplesmente o guerreiro que dali se vai, mas um Cristo republicano.

3.2- EM JERUSALÉM, CAPITAL DO BRASIL

Afirma Mircea Eliade, profundo estudioso de mitologias e religiões, que acreditar e, consequentemente, viver os mitos, implica uma experiência "religiosa", na medida que ela se distingue do que o pensador romeno chama de "experiências ordinárias da vida cotidiana". Em cada cultura, a experiência religiosa, no que se refere às mitologias, apresenta pontos privilegiados de apoio para criações e recriações constantes de mitos. Segundo Eliade, nas sociedades ocidentais, o ponto central dessa experiência "é constituído pelo drama de Jesus Cristo" (12). O Nazareno é, para tais sociedade, uma espécie de "modelo supremo" do Salvador e seu martírio constitui-se no "drama exemplar" de todas as salvações. Jesus Cristo personifica, pois, no nosso imaginário cristão-ocidental, o Salvador por excelência, e é ao seu drama que os jacobinos recorrerão para mitificar Floriano Peixoto após o 29 de julho de 1895.

A construção de um herói da nação brasileira que mais se aproxima de uma elaboração vitoriosa é, sem dúvida, a empreendida em torno de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Sabemos que o alferes é recuperado pelos republicanos e sua imagem trabalhada no sentido de legitimá-lo como herói nacional. Importantes estudos sobre o assunto nos indicam que a República buscou aproximar o martírio da forca com o da cruz. Esta tentativa implicou a divulgação de uma imagem do conjurado mineiro fisicamente semelhante à do Nazareno, com vasta barba, longos cabelos e a indefectível túnica branca (13).

Em relação a Floriano Peixoto, esta aproximação jamais poderia ser feita. Enquanto o aspecto físico do alferes é desconhecido pelos homens do final do Séc. XIX, sendo, portanto, facilmente manipulável, a figura do Marechal é deveras conhecida. Só um doidivanas pintaria um

Floriano barbudo, com imensa cabeleira e trajando túnica branca, qual um clone de Jesus. Floriano é o militar, e como tal é representado.

A tentativa de cristianizar Floriano Peixoto passa pela evocação da similitude entre as trajetórias do filho da Virgem Maria e do filho de Ana Joaquina Peixoto. Para seus adeptos, a morte do Marechal está ligada aos imensos sacrifícios que fez para defender a República das garras dos restauradores. Acreditam eles que, ao lutar contra os revoltosos, o Marechal comprometeu definitivamente sua saúde, oferecendo a própria vida para livrar a nova ordem da ameaça dos saudosos da coroa. Se Cristo, na lógica jacobina, se sacrifica e morre para salvar a humanidade, Floriano Peixoto se sacrifica e morre para salvar a República brasileira. Como disse um poeta jacobino, o alagoano "venceu morrendo aos poucos - satisfeito, do seu triunfo audaz, mas decisivo" (14). Para os radicais republicanos, Floriano e Cristo padecem, mas ambos são vitoriosos.

A certeza que os jacobinos tem da vitória sustenta-se na crença de que, assim como Jesus, o Marechal derrota a morte e está fadado à eternidade; seu nome deverá encarnar para todo sempre a mística republicana e ser evocado toda vez que a pátria se encontrar em dificuldades. Dentre os vários poemas que circularam após a morte de Floriano, muitos reforçam esta imagem. Como o apóstolo Paulo desdenhando da finitude terrena e perguntando: "- Morte, aonde está tua vitória?", os jacobinos cantam:

"Grande! Sobes, a fronte aureolada
De luz - o altivo pedestal da glória (...)

Morto? Que importa? Quando a mão traiçoeira
Dos vís quizer manchar nossa bandeira,
Hás de acordar ainda, heróico, forte,

No coração de todo que te sente,
De sobressalto, armas pegando à frente
Da boca dos canhões - rindo da morte!" (15)

Ou ainda:

"Dizer que ele morreu é ser descrente.
Acaso morre o sol, quando cansado
De iluminar o mundo gangrenado
Vai repousar tranqüilo no ocidente? (...)
Não morre. Foi nas nuvens de distante
Buscar alívio à Pátria soluçante.
Foi aos pés de Jesus, depois sortir." (16)

Samuel Porto, outro dos que escrevem sobre a morte do Salvador, dedica seu poema às mães republicanas. O aedo afirma a vitória do alagoano sobre a morte e exorta às mulheres da República que falem do Marechal aos seus filhos, para que as crianças sigam seu exemplo e aprendam a lição de civismo que ele nos legou. É a própria convocação a uma educação cívica que deve começar no aconchego dos lares:

"Numa esfera de luz o nome do gigante
Se elevará sutil como a águia do levante.
Rebrilhará também em derredor da glória.
Agora, ó boas mães! Não fiqueis
no mutismo. aos filhos ensinai
as provas de civismo
que legou o Grande Morto às páginas da
História." (17)

Estes são apenas exemplos de algo que foi constante. Durante o período do longo velório de Floriano Peixoto, raro é o dia em que não encontramos na imprensa algum jacobino tecendo loas ao morto. A divulgação de poemas acompanha a mobilização que assiste o São João Batista, no mais duradouro funeral de sua história. Mobilização que se agiganta quando chega o dia 29 de julho e, com ele, a lembrança do primeiro mês sem o Marechal. Nesta data, *O Nacional* circula com um artigo de Henrique Cáncio, o mesmo que ao lado de Deocleciano Martyr foi buscar o corpo do alagoano em Divisa, comunicando que, assim como Jesus Cristo, Floriano Peixoto tinha ressuscitado. Apesar de longa, a citação da boa nova parece imprescindível:

"Ressuscitou

Ontem foi sexta-feira santa da Paixão de um povo inteiro, ladeado e contrito diante do semi-Deus!

Hoje é domingo glorioso da Ressurreição do Justo. Maria, irmã de Lázaro, Maria Madalena e Maria Salomé, pela manhã, tinham ido ao túmulo onde José de Arimatéia enterrara piedosamente o divino morto. E o túmulo estava vazio como os seus vividos e macerados corações...

- Onde aquele que nós amamos? perguntavam.

- Ressuscitou! disse-lhes a voz amorável e acariciante de um anjo.

E a hora nona do dia, dia de sol - de azul em cima, de paz e músicas na terra, Jerusalém estava em festas. Tinha subido para os céus Jesus de Nazaré.

...

Para nós, fiéis da Nova Crença, os que ficamos vivendo a vida espiritualizada e cívica do amor da

Pátria e da República também ressuscitou o Marechal Floriano Peixoto. Ressuscitou! Aleluia! Aleluia!

...

E após a Ascensão Glorificante, dias depois, no Cenáculo, o espírito Paracleto, rezam os Livros Santos, desceu em línguas de fogo por sobre as cabeças tímidas dos discípulos amados.

E eles se fizeram fortes. A Graça vinda do alto encheu-lhes as almas temeratas de coragem e de fé: e foram mundo afora pregando a Boa Nova, convertendo todas as gentes.

E o Evangelho foi conhecido e amado pelos homens.

...

E séculos e séculos passarão e virão outros tempos, trazendo novas crenças para as almas e para os altares outros ídolos, mas as calúnias dos maus, as injúrias dos apodrecidos de alma e de coração - sepulcros caiados da parábola divina - não hão de prevalecer contra ele, porque ele é elemento de um povo, a afirmação de uma nacionalidade. Existe e existirá! Porque o Brasil existe e há de existir. Salvou a República e a República há de perpetuar-lhe a glória.

Saulo tinha visto o véu do tempo rasgar-se de alto a baixo, a luz esconder-se na mortalha do eclipse e o rochedo do Golgotá partindo-se ao meio na hora extrema do Crucificado... e no caminho de

Damasco ajoelhou-se converso e vencido diante da aparição de Jesus.

Quando também o Marechal apareceu, como num esquife de ébano, atravessando triunfal nesta estupenda canonização cívica uma apoteose suprema e única, a maior que já houve na América, muitos dentre os infiéis sentiram o deslumbramento da visão de Damasco.

O Marechal vive! Ressuscitou!

Aleluia! Aleluia!" (18).

Câncio começa falando da sexta-feira santa e do domingo da ressurreição. Cristo e Floriano viveram as tormentas do sofrimento, morreram no sacrifício da paixão, mas ressuscitaram gloriosos. Se a morte do Marechal é dia de tristeza, o 29 de julho deve ser de alegria, assim como o domingo em que Jesus subiu aos céus foi dia de sol, céu azul, paz, músicas e festas em Jerusalém.

O autor define os jacobinos como "fiéis da Nova Crença" que vivem "a vida espiritualizada e cívica do amor da Pátria e da República". Compara-os aos apóstolos que foram tocados pelo Espírito Santo e saíram a converter os infiéis; com a distinção de que, no caso, o Espírito Santo é o espírito do Marechal e a pregação almeja levar sua mensagem e "seu nome santíssimo" a todo o Brasil. Se Floriano Peixoto é o Cristo, o paraíso de seus seguidores é a República. A crença na palavra de Jesus e a ação por ela guiada é a chave que abre as portas para o paraíso celestial no além-túmulo, assim como a crença na mensagem de Floriano e a ação guiada por ela é o caminho para que o Brasil e seus filhos cheguem no paraíso terrestre - à República jacobina.

Afirma ainda Câncio que a obra do alagoano se perpetuará pelos séculos e que o surgimento de outros ídolos e altares não prevalecerá

sobre a eternidade que lhe é destinada. A obra do Marechal é, para o aedo, imperecível: "o levantamento de um povo e a afirmação de uma nacionalidade". Por fim, refere-se ao cortejo que levou o morto ao cemitério como uma "canonização cívica" e compara a aparição do esquife de Floriano com a aparição luminosa de Jesus para o perseguidor de cristãos Saulo, em Damasco - imagem deslumbrante, capaz de converter o maior dos infieis. Converter, afinal de contas, é a palavra de ordem que guia a enorme dramatização montada e, principalmente, vivida, no sepultamento do herói jacobino. Em sua elegia emocionada e pontuada de recorrências cristãs, em que Floriano Peixoto é comparado a Jesus e ao Espírito Santo e seus seguidores aos apóstolos do credo republicano, o componente sacralizador, não só do Marechal mas da própria República, apresenta-se em cores novas.

O texto de Henrique Cáncio não deixa dúvida: a República para os jacobinos é, antes de qualquer coisa, um objeto de crença. O republicanismo adquire ares de verdadeira religião, na medida que a República funciona como um elo de ligação entre uma comunidade que se agrupa em torno dela, movida por um mesmo sentimento: a fé em seus desígnios. Não surpreende, pois, que os jacobinos remetam-se ao cristianismo e se comparem aos apóstolos do novo credo, vendo em Floriano Peixoto a figura modelar, o Cristo republicano.

Podemos, mais uma vez, verificar este fato quando do sepultamento do Marechal, em 29 de setembro, três meses depois, portanto, da morte dele. A cerimônia foi realizada sob um clima de forte revolta dos jacobinos, indignados com "a miséria de mármore sovina e desavergonhadamente comprada pelo governo do Sr. Prudente de Moraes" (19).

O motivo da quizilízia foi a decisão de se construir uma estátua ou um panteão para depositar Floriano. Enquanto as obras neste sentido não

se iniciavam, ficou o governo encarregado do túmulo em que, provisoriamente, o Marechal descansaria. Consideraram os jacobinos o sepulcro construído incompatível com a grandeza do morto. Cabe lembrar que o monumento funerário também está envolvido na tarefa de construção de uma memória, como bem alertou Nora, no jogo de gato e rato entre lembrança e esquecimento. A construção funerária deverá marcar a importância do morto e recordar sempre aos que ali passam a magnitude que os jacobinos atribuem àquele que ali repousa.

Somando-se a isso o descontentamento crescente com o governo de Prudente de Moraes, a confusão foi inevitável. Na frente do paulista e demais autoridades presentes ao ato, Érico Coelho, Irineu Machado, Nicanor Nascimento e Raul Pompéia desfilaram uma série de impropérios ao mandatário e elogios ao seu antecessor. Turunas, os oradores fizeram o presidente abandonar a cerimônia no meio, após ouvir "cara a cara as mais horíveis insinuações ao governo e seus delegados" (20).

Ao escrever nos dias seguintes sobre o sepultamento, Aníbal Mascarenhas defendeu a atitude dos correligionários em artigo intitulado "O Meeting do Sepulcro". Acusa Prudente de Moraes pelo descaso com "os despojos sacrossantos do grande homem", afirmindo que a explosão contra o paulista se deu "sem comedimentos hipócritas, sem reservas de convenção, erguendo avançado e nobre protesto de uma geração de fortes, bramindo severo o anátema de um punhado viril de livres". Ao responder aos que consideraram os protestos jacobinos levianos e profanadores de um local santo como a necrópole de Botafogo, Mascarenhas justificava o fato tecendo comparação entre Floriano Peixoto e Cristo e Prudente de Moraes e Judas:

"(...) e não se diga tão pouco que não era apropriado o local para a cena que nele teve lugar, pois assim como no templo em que se venera a

imagem do Redentor o sacerdote não tem es-
crúpulos de profligar a infâmia secular do homem
de Iscariotes, a tibieza de Pilatos, a crueldade de
Herodes e os vícios repelentes da caterva farisaica,
assim o cadáver do Marechal, que é o redentor da
pátria brasileira, não podia tolher a revolta de
indignação que tanto confundiu os culpados" (21).

Portanto, se na igreja o sacerdote acusa os traidores de Cristo, nada mais justo que no cemitério dos jacobinos desanquem os detratores do Marechal e traidores do seu legado; afinal, se Cristo é o redentor da humanidade, para os jacobinos Floriano é o redentor da pátria brasileira. Na reportagem sobre os detalhes do enterro, *O Nacional* insiste na recorrência ao cristianismo e compara os jacobinos aos "primeiros adeptos do Nazareno que se refugiavam nas catacumbas romanas" (22).

O leitor que até aqui acompanha o desenrolar da nossa história há de ter observado que *O Jacobino*, o furioso jornal de Deocleciano Martyr, não foi citado quando abordamos os funerais de Floriano Peixoto. A explicação é simples: quando da morte do Marechal, a redação do periódico foi exemplarmente empastelada por membros da comunidade portuguesa da Capital Federal. Só no dia 29 de setembro, pois, o órgão dedicou ao alagoano as homenagens que o empastelamento impedira de acontecer antes. Na manhã do "meeting do sepulcro", a primeira página da folha trazia o busto do Marechal acompanhado dos dizeres: "Homenagem de 'O Jacobino' ao Salvador da República" (23).

Nas páginas subsequentes da edição, nosso personagem é chamado desde "encarnação viva, máscula e inteiriça da República" até "o mais puro brasileiro que transpôs os pórticos da imortalidade". Enquanto Carolina Canindé escreve uma mensagem destinada às "mães brasílicas", pedindo que elas irradiem "pelos tenros cérebros curiosos de

vossos filhos esse belo vocáculo sonoro, bendito, suave, laureado e reacendente" que é o nome Floriano Peixoto, Agrício Camargo afirma que o alagoano amava a República, "morrendo vítima desse amor sublime, incomparável!" (24)

Dentre tantas outras mensagens que trazia esse número de *O Jacobino*, duas ainda merecem destaque especial. O Major Carlos Serzedelo é curto e claro em seu recado: "Morrestes para os maus mas viverás eternamente pra nós. O mundo teve Cristo como seu Salvador, tu serás pois nosso Jesus". (25) Já um jacobino que assina apenas com as iniciais P.B., endereçou ao jornal um poema em que não só afirma ser Cristo um Republicano, como considera cumprida a missão de Deus para com os homens após ter dado à humanidade a dupla Jesus Cristo-Floriano Peixoto:

"JESUS E FLORIANO

Tão alto no Brasil ninguém subiu
Nem ao túmulo baixou com tanta glória.
O grande herói, o anjo da vitória
Sua pátria salvou e se sumiu.

Tão alto no Brasil ninguém subiu
Nem ao túmulo baixou com tanta glória.
Na terra deixou sua memória
Na crepe que o país todo cobriu.

Junto a Cristo no céu ele deve estar
Por ser Cristo esse Deus republicano
Que ao mundo veio o povo libertar.

E o dismo Rei do Orbe Soberano
Ao mundo não tem mais o que dar
Depois que deu Jesus e Floriano." (26)

Se com a morte Floriano Peixoto vai juntar-se a Cristo, como afirma o poeta jacobino, a sua esperada volta ao cargo máximo da nação torna-se uma impossibilidade. Para os adeptos da República florianista, o desaparecimento do líder é um duro revés. Como que numa desesperada reação ao brusco golpe, cresce a veneração ao Marechal e aciita-se a oposição ao seu Iscariotes - Prudente de Moraes. O paulista, chamado desdenhosamente pelo militarista Deocleciano Martyr de "bacharel Prudente de Moraes", torna-se figura fácil na imprensa jacobina; raro é o dia em que não é atacado. Exasperava especialmente os jacobinos saber que desde julho de 1895 a Ilha de Trindade encontrava-se sob domínio inglês e o bacharel não solucionava a questão; só resolvida no ano seguinte devido à mediação diplomática portuguesa.

Neste clima tenso, o mês de novembro trazia três datas que possibilitavam homenagens ao Marechal: o dia 2, consagrado aos mortos; o dia 15, consagrado à República; e o dia 23, aniversário da posse de Floriano na presidência.

No dia de finados os jacobinos organizaram uma grande romaria ao túmulo do Marechal. Saíram em passeatas de diferentes pontos da cidade com destino ao São João Batista e, lá chegando, cobriram o sarcófago do alagoano com várias coroas de flores. Na beira do túmulo depositaram um cartão que dizia ser a romaria uma "homenagem ao Salvador da República". Seguiam-se inúmeras assinaturas. (27)

Já no dia 15, dentre as homenagens realizadas, podemos destacar a inauguração de um retrato do Marechal no Encantado, na casa do

jacobino José Pedro Ferreira de Souza Coelho. A decoração do recinto já indicava que ali ocorreria uma verdadeira celebração cívica. Do jardim ao salão de danças, enfeitavam o local inúmeras bandeiras e galhardetes auri-verdes, além de pequeninos escudos homenageando nomes como os do Almirante Gonçalves, Júlio de Castilhos, Coronel Moreira César e Deocleciano Martyr. No meio do festejo uma das filhas do anfitrião puxou o reposteiro que cobria o retrato do Marechal, que foi, segundo uma testemunha, "saudado delirantemente por todas as pessoas presentes, subindo ao ar, nessa ocasião, uma girandola de foguetes, acompanhada por uma salva de vinte e um tiros"(28). Depois de um lauto jantar, no qual foram erguidos inúmeros brindes em memória de Floriano, os presentes dirigiram-se ao salão de festas, onde se iniciou um baile só encerrado às seis da manhã com a trilha sonora que melhor lhe convinha - o hino nacional brasileiro.

O 23 de novembro, aniversário da posse, mereceu edições especiais dos jornais jacobinos. Em editorial saudando o "dia glorioso", *O Nacional* coloca a data ao lado do 15 de novembro e do 13 de março, dia da rendição da Armada, como os principais momentos da história pátria. A proclamação é saudada como o instante da integração da América à República; a posse de Floriano é a afirmação desta integração e o fim da revolta da Armada marca a vitória da República no Brasil. A idolatria por Floriano é justificada exatamente porque "seu nome está ligado a todas as nossas maiores datas históricas" (29). Invertendo os termos da operação de *O Nacional*, podemos dizer aqui que a excelência dos três momentos deve-se ao fato de estarem todos ligados ao nome do Marechal.

Neste mesmo dia inaugurou-se um retrato do alagoano pintado por Décio Villares, que passou a ser exposto na galeria artística da Rua do Teatro. O retrato representa Floriano de pé, ao lado da cadeira presidencial, sob um fundo vermelho-escuro - cor de sangue - repleto de

fumo e chamas. O trabalho de Villares recebeu críticas de alguns jacobinos, que consideraram Floriano muito envelhecido. Aníbal Mascarenhas fez a defesa do artista, justificando que a pintura fora baseada

"em um retrato tirado nos últimos dias do governo, quando a luta terrível que sustentou já lhe havia cavado o rosto, e as ingratidões e as perfídias haviam aberto no seu organismo a mina que havia de arrebentar a 29 de junho (...) Aquele é Floriano sangrado pelas traições, alquebrado pelas lutas, mas ainda assim ereto e firme, dominando as ambições e os ódios que ao fundo se desenrolam em sangue e fumo" (30).

De qualquer forma, parece-nos compreensível o pequeno descontentamento que o retrato de Villares causou a alguns jacobinos. É natural que o seguidor queira ver a imagem do líder exalando saúde e juventude como um bravo guerreiro imune aos percalços da batalha. Por sua vez, é ainda mais compreensível a defesa que Mascarenhas faz do retrato. Mesmo cansado e envelhecido, Floriano continua ereto. Vence a revolta, perde a saúde, mas jamais a firmeza. Villares consegue passar a idéia do mártir, expressa no sofrimento estampado no rosto, sem contestar o guerreiro.

Rugas do retrato à parte, Floriano é a ausência mais presente daquele 1895, sexto ano da República. Em seu nome é feita a mais aguerrida contestação ao governo do sucessor. Se Prudente de Moraes esperava maiores facilidades nos anos seguintes de seu mandato, a esperança logo se dissipou. Como num prenúncio do que viria adiante, *O Jacobino* anunciaava sua nova promoção: uma assinatura de seis meses do jornal valeria ao assinante um retrato de Silva Jardim. Se o assinante

optasse pelo dobro do tempo, sairia da redação do periódico com um belo retrato de Floriano debaixo do braço. Duas vezes Silva Jardim, tão cedo o alagoano morto não deixaria o ainda vivo paulista em paz. Uma alma penada, ou mesmo um espírito obsessor não o perturbaria tanto.

3.3- 1896-1897, MALHAÇÃO E VITÓRIA DO JUDAS

O ano de 1896 não poderia começar pior para Prudente de Moraes. O conflito com os ingleses que invadiram a Ilha de Trindade sob a justificativa de que iriam ali instalar uma estação telegráfica não chegava a bom termo. Os jacobinos acusavam os súditos da rainha Vitória de estarem interessados, na verdade, nas riquezas naturais da região da serra de Parima, próxima ao local da invasão. Prudente de Moraes sofria acusações como a de Deocleciano Martyr, que o acusava de antinacionalista e dizia que o caso já estaria resolvido se o Brasil ainda vivesse sob "a ditadura violenta e sanguinária de Floriano Peixoto (31)".

O novo ano começaria também com o incidente diplomático conhecido como o caso dos "Protocolos Italianos". Em linhas gerais, o governo da Itália cobrava ao Brasil indenizações por danos comprovadamente causados a seus súditos quando dos movimentos rebeldes que explodiram na gestão Floriano, especialmente em relação ao conflito federalista do Sul, bem como por casos em que colonos italianos se sentiram lesados por empregadores brasileiros. O Brasil, interessado na continuidade do fluxo migratório, acabou cedendo e assinando protocolos em dezembro de 1895 e fevereiro de 1896, abrindo crédito para o pagamento das indenizações requeridas. Foi o suficiente para o caso ganhar as ruas, italianos serem agredidos e o presidente ser tachado de ladrão dos cofres públicos.

No caso de Trindade, a emenda saiu pior que o soneto. A resolução do caso por intermédio da diplomacia portuguesa causou protestos dos que viam a vellha monarquia ajudar a República nascente. Dentre vários "meetings" realizados quando do enterro, ficou famoso o ataque ao "Café Londres", situado na rua do Ouvidor, que teve sua tabuleta arrancada e seu nome mudado para "Café Brasil" (32).

Naquele 1896 os jacobinos realizaram as já famosas romarias ao túmulo de Floriano, por ocasião dos aniversários de nascimento e morte do Marechal. No meio, porém, daquela quase rotina de ataques a Prudente de Moraes e loas a Floriano, era o mês de novembro que traria uma notícia alvissareira, que aos ouvidos jacobinos soaria mais sublime que uma página do "Cânticos dos Cânticos" do rei Salomão: Prudente de Moraes estava à beira da morte e a presidência passaria a ser exercida pelo vice-presidente Manoel Vitorino.

Em obra fundamental para a compreensão do período Prudente, principalmente pelo conteúdo informativo, Dunshee de Abranches traça um painel daqueles dias e afirma o temor dos que, como ele, estavam ao lado do paulista e não confiavam no vice-presidente no poder. Destaca também as visíveis concessões que Vitorino vinha fazendo aos antigos aliados do Marechal Floriano (33).

Neste clima de expectativa, o dia de finados trouxe a já tradicional visita ao túmulo de Floriano. Noticiou *O Jacobino* que "o sarcófago onde repousa o corpo embalsamado do maior dos brasileiros (...) sumia-se entre o grande número de grinaldas e flores, que ali foram depositar os seus concidadãos, que sabem avaliar o quanto ele se tornou digno desta grande Pátria. Era difícil o trânsito onde se acha depositado o Corpo Sagrado do Marechal Floriano". (34)

Já o 15 de novembro foi recebido com nova festa na casa do jacobino Ferreira Coelho, o mesmo que no ano anterior inaugurara um

retrato do Marechal. Além dele, muitos outros republicanos organizaram bailes para saudar o aniversário da queda da coroa. Especialmente sobre Floriano tivemos a inauguração de seu retrato na secretaria do 4º Batalhão de artilharia de posição da Guarda Nacional e, cerimônia que reuniu a nata do jacobinismo, a solenidade em que o "Externato Jesus Maria, José", na estação do Riachuelo, teve seu nome original mudado para "Marechal Floriano Peixoto". Nada de Tão espantoso se constatarmos que, de certa maneira, trocava-se um Cristo por outro (35).

A rápida ilusão jacobina de que com Manoel Vitorino estariam mais próximos de ver implementado um projeto de República nos moldes do de Floriano logo foi abalada por uma, para os radicais, péssima notícia: "contra a expectativa geral", nas palavras de Dunshee de Abranches, 1897 iria se iniciar com a acentuada melhora do estado de saúde do ex-moribundo Prudente de Moraes. Logo o paulista retomou suas funções e os partidários de Floriano viram-se novamente distantes do poder (36).

Conquanto o barbudo de Itu dominasse o centro das atenções políticas nacionais com aquela súbita recuperação, outro barbudo, talvez um pouco mais descabelado que Prudente de Moraes, começava a ganhar espaço nas páginas da imprensa da Capital Federal naquele começo de ano: Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, líder da comunidade sertaneja de Canudos e também conhecido pelos seus por "Beato Santo Antônio" (37)

Naquele início de 1897, os adeptos do beato já vinham causando problemas ao Exército brasileiro. O que inicio se julgava ser uma tarefa fácil, a vitória sobre os sertanejos, aos poucos foi se complicando. Duas expedições militares já tinham sido derrotadas quando se organizou uma terceira, com a certeza do êxito, sob o comando do Coronel Moreira César, mais conhecido pelos fuzilamentos que comandara em Santa

Catarina, quando da rebelião federalista. Braço direito de Floriano, Moreira César era uma esperança para uma futura ditadura militar.

Canudos poderia ser para os jacobinos uma nova revolta da Armada. No tabuleiro da disputa de poder, cristalizar um inimigo torna-se um passo importante para uma ação legitimadora de um projeto. Enquanto Canudos é visto pelos radicais como uma espécie de antinação, com a barbárie sertaneja regada a sebastianismo e banditismo, o Exército é encarado como uma encarnação da verdadeira nacionalidade em luta contra o atraso gerado pelos descalabros da colonização portuguesa no Brasil. Para os jacobinos, pois, a vitória sobre a ameaça sertaneja seria o novo passo para a afirmação da vera nacionalidade. Salvar a República daria ao jacobinismo, segundo a lógica de seus adeptos, o direito mais que legítimo de governar a seu modo o País. O Exército e Moreira César seriam estes salvadores.

Surpreendentemente, porém, Moreira César é morto em combate. A notícia do falecimento deixa a cidade em polvorosa. Se antes da expedição os jacobinos já divulgaram uma suposta cumplicidade entre o Conde d'Eu e Antônio Conselheiro, com a morte do Coronel a verdade, para os jacobinos, se descortina: não era uma simples rebelião de andrajosos e fanáticos que o sertão assistia, mas uma fabulosa conspiração restauradora com o apoio e proteção do bajuloso Prudente de Moraes. (38)

Na balbúrdia que tomou conta da cidade, redações de jornais foram incendiadas, lojas depredadas e casas de monarquistas invadidas. O proprietário dos jornais *Liberdade* e *Gazeta da Tarde*, o Coronel Gentil de Castro, teve sua casa saqueada pelos manifestantes. Quando tentava fugir da cidade ao lado do Visconde de Ouro Preto foi trucidado a socos, pontapés e punhaladas por um grupo de aproximadamente trinta jacobinos na estação de São Francisco Xavier. (39)

A partir daí o quadro conflituoso só faz crescer, com a revolta da Escola Militar em maio, ocasionada pelo desvio do suprimento de munição da escola para o Sul por causa da revolução no Uruguai, que resultou no desligamento de 165 alunos e diversos oficiais (40). Enfim, houve a cisão do PRF e a aproximação entre Francisco Glicério e os jacobinos, que começam a ver em Júlio de Castilhos a nova esperança para suceder Floriano na posição de liderança, chegando mesmo o positivista gaúcho a receber o título de presidente honorário do Clube Jacobino do Rio de Janeiro,

Extremamente complexo, o conflito político então instaurado culminou na tentativa de assassinato do presidente da República em 5 de novembro de 1897. O fracasso do Exército em Canudos, que só consegue derrotar os sertanejos após cinco expedições e começa a sofrer as primeiras acusações de que teria promovido um massacre injustificável, complementa-se com o desastre da tentativa de homicídio. Ganhando a opinião pública, Prudente de Moraes desarticula a oposição, fecha as folhas jacobinas, prende seus líderes e praticamente assegura a vitória de um modelo de República que seria consolidado por Campos Salles. Ao atirar em Prudente de Moraes, Marcelino Bispo erra o alvo e dá o tiro de misericórdia na República jacobina, agonizante desde a morte de Floriano.

A partir daí, o prestígio do Marechal só faz decair. Já nos referimos ao estado em que hoje se encontra o túmulo de Floriano Peixoto; imagem desoladora de um completo abandono. Também Paulo Micelli, em recente estudo sobre heróis nacionais, comprova, ainda que de maneira indireta, o fracasso de Floriano. Realizando pesquisa em colégios de 1º. e 2º. graus sobre quem o aluno citaria como herói brasileiro, o autor encontra menções a Cabral, Caxias, Pelé, Tiradentes (o vitorioso), etc... Nenhum dos entrevistados recordou-se do nome do

Marechal das Alagoas (41). Não há no calendário das festas nacionais nenhuma referência direta a qualquer data ligada a Floriano. Comemorações do aniversário de nascimento, morte ou mesmo referências ao conflito da Armada são quase inexistentes; Floriano, hoje, é quase um desconhecido.

O jacobinismo perde definitivamente, em 1897, a sua oportunidade histórica de sair vencedor na arena das lutas republicanas. A adoração a Floriano terá permanências, mas não mais estará envolvida em uma disputa que ao tentar legitimar um herói busca legitimar o projeto de nação republicana que ele encarna. Restrito ao grupo em que surgiu, aos poucos o Marechal se tornará apenas mais um na galeria de presidentes republicanos., sem que isso represente propriamente uma honra nesses nossos tempos em que a República brasileira é tão pertinentemente questionada. Estudar o mito Floriano Peixoto torna-se, assim, não só inventariar paixões, mas também arrostar um fracasso.

NOTAS

- 1- Miranda, Salm. *Floriano*, Rio de Janeiro, BibliEx., 1963. pág. 331.
- 2- *O País*, de 6-7-1895.
- 3- *O Estado de São Paulo*, de 3-7-1895.
- 4- Idem, ibidem.
- 5- *O Estado de São Paulo*, de 4-7-1895. Citando a *Gazeta de Notícias*, de 3-7-1895.
- 6- Ver a lista das coroas de flores em *O País*, de 2-7-1895.
- 7- *O País*, de 6-7-1895.
- 8- *O Estado de São Paulo*, de 6-7-1895. Transcrito de *O País*, de 5-7-1895.
- 9- *O País*, de 6-7-1895.
- 10- Silva, Ciro. *Floriano Peixoto*, São Paulo, ed. Edaglit, 1963, pág. 210.
- 11- Girardet, Raoul. *Mitos e mitologias Políticas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pág. 73.
- 12- Eliade, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1991, pág. 146.
- 13- Ver Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Especialmente o capítulo que aborda a figura de Tiradentes para os republicanos. Págs. 55-74.
- 14- Silva, Ciro. Op. cit. pág. 270. Assina o poema Generino dos Santos..
- 15- Idem, pág. 268. Assina o poema Carlos Nélson.
- 16- Idem, pág. 267. Assina o poema Arthur Bivar.
- 17- Idem, pág. 273.
- 18- *O Nacional*, de 29-7-1895.
- 19- Idem, de 3-10-1895.

- 20- Queiroz, Suely R. R. de. *Os Radicais da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pág. 35.
- 21- *O Nacional*, de 30-10-1895.
- 22- Idem, ibidem.
- 23- *O Jacobino*, de 29-9-1895.
- 24- Idem, ibidem.
- 25- Idem, ibidem.
- 26- Idem, ibidem.
- 27- *O Estado de São Paulo*, de 3-11-1895.
- 28- *O Jacobino*, de 23-11-1895.
- 29- *O Nacional*, de 23-11-1895.
- 30- Idem, de 28-11-1895.
- 31- Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit. pág. 37.
- 32- Idem, pág. 38.
- 33- Abranches, Dunshee. *Como se Faziam Presidentes*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973. Especialmente a Parte I, págs. 5-45.
- 34- *O Jacobino*, de 7-11-1896.
- 35- Idem, de 21-11-1896.
- 36- Abranches, Dunshee. Op. cit. pág. 14.
- 37- Ver *Canudos - Subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- 38- Sobre a cidade do Rio de Janeiro e a guerra de Canudos ver Cunha, Euclides da. *Os Sertões*, São Paulo, ed. Tr.
- 39- Ver Celso, Afonso. *O Assassínato do Coronel Gentil de Castro*. Paris, s.c.e., 1987.
- 40- Ver Queiroz, Suely R. R. de. Op. cit. págs. 51-53.
- 41- Miceli, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Contexto, 1988.

Final

Finalmente, o que é certo é que, ao final, não houve grande tempo em que Ruy e seu grupo puderam exercer sua vontade. Mas, ao final, o que é certo é que Ruy e seu grupo puderam exercer sua vontade. Eles fizeram o que queriam e queriam fazer.

Finalmente, o que é certo é que, ao final, não houve grande tempo em que Ruy e seu grupo puderam exercer sua vontade. Mas, ao final, o que é certo é que Ruy e seu grupo puderam exercer sua vontade. Eles fizeram o que queriam e queriam fazer.

Finalmente, o que é certo é que, ao final, não houve grande tempo em que Ruy e seu grupo puderam exercer sua vontade. Mas, ao final, o que é certo é que Ruy e seu grupo puderam exercer sua vontade. Eles fizeram o que queriam e queriam fazer.

Finalmente, o que é certo é que, ao final, não houve grande tempo em que Ruy e seu grupo puderam exercer sua vontade. Mas, ao final, o que é certo é que Ruy e seu grupo puderam exercer sua vontade. Eles fizeram o que queriam e queriam fazer.

O campo das possibilidades para a proliferação de novas repúblicas em épocas de guerra é, no Brasil, Flávio Figueiredo, que, bem viva, procura pelas suas características de projeto moderno no alto da pátria. Doidos da ironia e Benjamin Constant, ficando na círculo, já estão desaparecendo. Tristes, que a República conseguiu tanto um resultado assim.

Muitos, porém, a nova república republicana, há seu problema. A questão é: qual é a vontade do veneziano, um herói que viveu esse momento da guerra sobre seu convencimento anterior ao próprio projeto de República? De fato, que é este o encantado, como devem dizer.

Repetindo, é que, definitivamente, é a vontade veneziana, este mês de setembro, tornando a dizer o que é um dos elementos constituintes do venezianismo: é a defesa de uma ordem militarizada, onde o cidadão público se encontra em posição de obediência-ataque. Ia uma clara exala-

CONCLUSÃO

Abordar a tentativa de heroicização de Floriano Peixoto nos obriga a refletir sobre um fracasso. Qual uma chama que lentamente se apaga, o culto ao Marechal, tão forte naqueles tempos em que a República era um campo de batalha - esmaece com os anos. Hoje fogo morto, não arde e não aquece o coração dos homens.

O fracasso em questão pode ser compreendido a partir de dois aspectos igualmente importantes. Primeiramente, há uma dificuldade de se criar e legitimar heróis que não é jacobina, mas republicana.

É consenso entre os estudiosos de mitologias políticas que o mito, para ser vitorioso, necessita de terreno fértil onde possa germinar. Não era úbere, porém, o solo da República no Brasil. Em seus dois estudos sobre o tema José Murilo de Carvalho já demonstrou com propriedade a maninhez do terreno em que a nova ordem tentou construir seus mitos (1). O campo de possibilidades para a proliferação de heróis republicanos era reduzido e, no fracasso, Floriano Peixoto está bem acompanhado pelos outros concorrentes ao posto máximo no altar da pátria: Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. É buscando na colônia um já citado personagem, Tiradentes, que a República consegue forjar um herói nacional.

Paralelo, porém, a uma dificuldade republicana, há um problema que é jacobino. A tentativa de construir um herói que ultrapasse as fronteiras do grupo sofre um irremediável entrave no próprio projeto de República defendido, que é não só excludente, como divisor.

Rememorando o que defendemos no capítulo primeiro deste trabalho, tornamos a destacar que um dos elementos constituidores do jacobinismo é a defesa de uma ordem militarizada, onde o elemento militar se encontra em posição de absoluto destaque. Há uma clara exclu-

são do elemento civil na proposta de República jacobina que Floriano Peixoto encarna. A presença de inúmeros civis nas fileiras do movimento se dá pela adesão destes às propostas de supremacia castrense e não comporta sequer a insinuação de um governo civilista; proposta encampada por Prudente de Moraes e seus pares.

Além, entretanto, de colocar civis versus militares e civis adeptos do militarismo, a figura de Floriano marca uma peleja de militares versus militares, ou antes, Exército versus Marinha.

A divisão entre Exército e Marinha, claramente manifesta na revolta da Armada, deita raízes ainda no período imperial e se apresenta em 1895 à sombra dos túmulos de Floriano Peixoto e Saldanha da Gama, verdadeiras encarnações, então, das duas armas. Na noite de 30 de junho de 1895, um dia após a morte de Floriano, instaurou-se na porta do *Diário de Notícias* um conflito entre populares e aspirantes da Marinha. Segundo *O País*, a confusão foi motivada pela provação dos aspirantes, "alguns até fardados, que bebiam ruidosamente à morte do Marechal Floriano Peixoto" (2). Outro exemplo da divisão entre as duas armas que a figura do Marechal despertava foi a missa que companheiros de farda dos revoltosos da Armada mandaram rezar em intenção da alma de Saldanha da Gama no Rio de Janeiro e em São Paulo, no dia 15 de julho de 1895, uma semana após o falecimento do alagoano (3).

A derrota de Floriano Peixoto, pois, nos parece ocorrer por motivo símile à vitória de Tiradentes. O alferes Joaquim José vence a disputa de herói nacional exatamente por sua imagem não dividir os republicanos. Tiradentes agrada aos liberais, jacobinos e positivistas ortodoxos, além de ser louvado até mesmo por monarquistas (4). Tendo vivido um século antes dos primeiros dias republicanos, o mineiro não está identificado com nenhuma das facções então em luta na batalha pela

legitimização de um determinado modelo de República; é, antes, uma imagem que transmite glória por todas elas.

Já o Marechal é vítima de uma contradição que anula suas chances de vitória. Para que um herói seja nacional, é necessário que no seu heroísmo acredite parcela representativa do contingente social da nação. Como não nos furtamos de ressaltar, a crença no herói implica um processo de construção envolvendo comemorações de vida e morte e elaboração de uma imagem que objetiva converter cada vez mais pessoas à crença de seu heroísmo. Se os jacobinos fazem isso, como procuramos demonstrar, seu modelo de República, em contrapartida, é excludente e divisionista. Como figura que encarna esse modelo, Floriano Peixoto também divide e exclui.

Por fim, cabe recordarmos que se desfilamos aqui o enredo de um fracasso, contamos também a história de uma paixão. Em nenhum momento colocamos em dúvida a crença jacobina no heroísmo de Floriano Peixoto. O que há de manipulação voluntária na tentativa de construção do herói é animado pela certeza de que o projeto de República jacobino é o melhor para o Brasil e pela crença de que o Marechal é a encarnação deste projeto.

Talvez possamos exemplificar este componente passional, que termina sendo a grande característica da história que contamos, nos planos individual e coletivo. Em uma pessoa e em um grupo de anônimos.

Traçando um paralelo entre os devotos de Antônio Conselheiro que, no descanso de duras batalhas, entoavam ladainhas em louvor ao Bom Jesus e entre os soldados do Exército que lutavam vendo nos jagunços legiões de sebastianistas peleando pela restauração, Euclides da Cunha, em seu retrato indignado sobre o massacre de Canudos, encontra o fator que fazia com que ambos os lados combatessem com o

desprendimento de míticos lidadores medievais: a crença (5). Nas palavras do autor de *Os Sertões*, podemos encontrar os dois elementos da realidade mítica presentes na travessia da barca dos homens por nossas águas republicanas; a paixão e a fé:

"A luta pela República, e contra seus imaginário inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, que não envergavam a armadura debaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamolgável. Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem exceção, um único, colgada ao peito esquerdo em medalhas de bronze, a efígie do Marechal Floriano Peixoto, e, morrendo, saudavam a sua memória com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagroso..." (6)

Quanto à paixão de um indivíduo, podemos falar de Raul Pompéia, que, quando da morte de Floriano Peixoto, exercia o cargo de diretor da Biblioteca Nacional. A despeito disso, discursou no sepultamento do Marechal - no "meeting do sepulcro"- ocasião em que, acuado, Prudente de Moraes se retirou do cemitério. Em consequência, o escritor de *O Ateneu* foi afastado do posto que ocupava.

Em 16 de outubro de 1895, Luiz Murat, ex-companheiro de estudos de Pompéia, publicou artigo no jornal "O Comércio de São Paulo" intitulado "Um louco no cemitério". Atacando acremente o destempero do orador, um funcionário público que desacatara o Chefe

do Estado, Murad relembrava um episódio que envolvera Raul Pompéia e Olavo Bilac, quando, sentindo-se ofendido pelo poeta, o jacobino o desafiara para um duelo não acontecido, e acusava de covardia o escritor (7).

Raul Pompéia só foi saber do artigo em dezembro e desesperou-se com a possibilidade de o silêncio ser entendido como afirmativo das acusações de Luiz Murat. Ainda escreveu virulenta resposta ao "Comercio de São Paulo" para ser publicada na véspera do Natal daquele ano; o que, entretanto, não ocorreu. Para todos os efeitos, valeria a acusação, não retrucada, de que quem acusara o presidente no cemitério, em defesa apaixonada de Floriano Peixoto, fora um louco e um covarde, e não militante jacobino que, segundo seu melhor amigo Rodrigo Octávio, abandonara a literatura pela dedicação exclusiva à política do Marechal, que via como salvação para os problemas nacionais.

Raul Pompéia suicidou-se na noite de Natal com um tiro no coração, aos 32 anos de idade, três meses após o discurso apaixonado no túmulo de Floriano Peixoto, que lhe valera a alcunha de louco, um "louco no cemitério".

Nosso veleiro, que no início da jornada invejamos não ser o do poeta, cruzou no meio do mar com a barca dos homens. À proa, a fé, a paixão e agonia acenaram à nossa passagem lenta. Retribuímos o aceno. Agora, é hora de recolhermos as velas, com a esperança de que a alegria nos encontre em terra firme, no caminho de casa.

NOTAS

- 1- Os estudos em questão são *Os Bestializados*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, e *A Formação das Almas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- 2- *O Estado de São Paulo*, de 1-7-1895, citando *O País*, de 30-6-1895.
- 3- *O Estado de São Paulo*, de 5-7-1895.
- 4- Ver Carvalho, José Murilo de. *Tiradentes um Herói para a República*, in *A Formação das Almas*, págs. 55-74.
- 5- Cunha, Euclides da. *Os Sertões*, São Paulo, Ed. Três, 1973, vol. 2, pág. 239.
- 6- Idem, ibidem.
- 7- Sobre Raul Pompéia ver Fontes, Elói, *A Vida Inquieta de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, e também Octávio, Rodrigo, *Raul Pompéia*, in *Minha Memória dos Outros*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

BIBLIOGRAFIA

Fontes/Impressas

Jornais e periódicos

Cidade do Rio (1893-1897)

O Estado de São Paulo (1895-1897)

O Jacobino (1894-1897)

O Nacional (1894-1897)

O País (1895-1897)

Fontes/Manuscritas

Arquivo Floriano Peixoto - Arquivo Nacional - RJ

Cemitério de São João Batista - Livro de registros

Livros, artigos e teses

- 1- ABRANCHES, Dunshee de. *A revolta da Armada e a Revolução Rio-grandense. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1914.*
- 2- _____ *Como se Faziam Presidentes.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- 3- AGUILHON, Maurice. *La "Statomanie" et l'histoire, in Histoire Vagabonde I - Ethnologie et Politique dans la France Contemporaine.* Paris, Galimard, s.d.
- 4- AMADO, Jorge. *A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água.* São Paulo, Record, 1979.
- 5- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. 1980.
- 6- AZEVEDO, Arthur. *Teatro de Arthur Azevedo.* Rio de Janeiro, INACEN, 1987, 4 vols.
- 7- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos, O Homem que sabia Javanês e Outros Contos.* Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.

- 8- _____ *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.
- 9- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. São Paulo, Ed. Nacional, 1972.
- 10- BOSI, Alfredo. *A Arqueologia do Estado Providência*, in *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- 11- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- 12- _____ *A Formação das Almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- 13- _____ *As Proclamações da República*, in *Ciência Hoje - Especial República*. Rio de Janeiro, SBPC, no. 59, novembro, 1989, págs. 26-33.
- 14- _____ *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, in Fausto, Boris (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1979, T3. vol. 2.
- 15- CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo, Difel, 1971.
- 16- CASTRO, Celso. *Benjamin Constant e a Mocidade Militar - Um Estudo sobre liderança*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- 17- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- 18- CELSO, Afonso. *O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro. Subsídios para a história do regime republicano no Brasil*. Paris, s.c.e., 1987.
- 19- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa, Difel, 1990.
- 20- COELHO, Edmundo C. *Em Busca da Identidade - O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

- 20- COELHO, Edmundo C. *Em Busca da Identidade - O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- 21- COSTA, Sérgio C. da. *A Diplomacia do Marechal*. Brasília, Ed. UnB, 1979.
- 22- CRUZ COSTA, J. *O Positivismo na República*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956.
- 23- CUNHA, Euclides da. *Constrastes e Conflitos*. São Paulo, Cultrix, 1975.
- 24- _____ *Os Sertões*. São Paulo, Ed. Três, 1973, 2 vols.
- 25- DÉTIENNE, Marcel. *O Mito. Orfeu no Mel*. In LE GOFF, J. e NORA, P. *História, Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- 26- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1957, 5 vols.
- 27- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo, Perspectiva, 1991.
- 28- _____ *Mito do Eterno Retorno*. São Paulo, Mercuryo, 1992.
- 29- _____ *O Sagrado e o Profano*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- 30- _____ *Imagens e Símbolos*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- 31- _____ *Aspects du Mythe*. Paris, Galimard, 1969.
- 32- FAORO, R. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1987, 2 vols.
- 33- FERREIRA, Marieta de Moraes e Gomes, Ângela M. *Primeira República: Um Balanço Historiográfico*. In *Estudos Históricos 4 - República*. Rio de Janeiro, Ed. Vértice, 1989.
- 34- _____ *A Nova "Velha História" - O Retorno da História Política*. In *Estudos Históricos 10 - Teoria e História*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1992.

- 35- GINZBURG, C. *Mitos Emblemas e Sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- 36- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- 37- GUIMARÃES ROSA, J. *Os Irmãos Dagobé*, in *Primeiras Histórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- 38- GUIMARÃES, Manoel Luís S. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. In *Estudos Históricos 1 - Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro, Ed. Vértice, 1988.
- 39- HAHNER, June. *Jacobinus versus Galegos. Urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890*. Separata do *Journal of Interamerican studies and world affair*, maio de 1976.
- 40- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Da Maçonaria ao Positivismo*, in *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, vol. 5 - Do Império a República*. São Paulo, Difel, 1983.
- 41- JANOTTI, Maria de Lourde M. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 42- LÈVI-STRAUSS, Claude. *A Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- 43- LIMA, Jorge de. *Invenção de Orfeu*, in *Poesia Completa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, 2 vols.
- 44- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1963.
- 45- MAGALHÃES JR., R. *Arthur Azevedo e sua Época*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- 46- MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937.
- 47- MICELLI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Contexto, 1988.

- 48- MIRANDA, Salm. *Floriano*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1963.
- 49- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire I - La République*. Paris, Galimard, 1984.
- 50- ORTEGA Y GASSET, J. *O Cristianismo como forma de vida*, in *Em Torno a Galileu - Esquema das Crises*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- 51- OTÁVIO, Rodrigo. *Minha Memória dos Outros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 52- OZOUF, Mona. *A Festa: sob a Revolução Francesa*. In LE GOFF, J. e NORA, P. (org.) *História Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- 53- PEIXOTO, Arthur V. e CAMEU, Francolino. *Floriano Peixoto, vida e governo*. Brasília, Editora UnB, 1983.
- 54- POMPEIA, Raul. *Obras Completas*. Org. de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- 55- PRADO, Eduardo. *Fatos da Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo, Tipográfica Salesiana, 1902.
- 56- QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 57- RIBEIRO, Gladys S. *Mata Galegos, os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- 58- ROMERO, Sílvio. *Realidades e Ilusões do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 59- SAES, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, s.d.
- 60- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 61- SILVA, Ciro. *Floriano Peixoto*. São Paulo, EDAGLIT, 1983.
- 62- SODRÉ, Nélson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

- 63- TAUNAY, Visconde de. *Império e República*. São Paulo, Melhoramentos, 1933.
- 64- TOPIK, Steve. *Middle Class brazilian nationalism (1889-1931): From radicalism to reaction*. In *Social Science Quarterly*, vol. 59, no. 1, julho de 1978.